UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

ALESSANDRO OLIVEIRA ALMEIDA

A RELAÇÃO CAMPO/CIDADE EM SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, MATO GROSSO, A PARTIR DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Cáceres-MT
2021

ALESSANDRO OLIVEIRA ALMEIDA

A RELAÇÃO CAMPO/CIDADE EM SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, MATO GROSSO, A PARTIR DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia (PPGGeo), da Universidade do Estado de Mato Grosso "*Professor Carlos Alberto Reyes Maldonado*" (Unemat), como requisito final à obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Judite de Azevedo do Carmo.

Cáceres-MT

2021

Luiz Kenji Umeno Alencar CRB 1/2037

A447a

ALMEIDA, Alessandro Oliveira.
A Relação Campo/Cidade em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso, a Partir dos Assentamentos Rurais / Alessandro Oliveira Almeida – Cáceres, 2021.
102 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2021.
Orientador: Judite de Azevedo do Carmo

1. Produção do Campo. 2. Abastecimento da Cidade. 3. Investimentos Públicos. I. Alessandro Oliveira Almeida. II. A Relação Campo/Cidade em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso, a Partir dos Assentamentos Rurais: .

CDU 332.2.021.8(817.2)

ALESSANDRO OLIVEIRA ALMEIDA

A RELAÇÃO CAMPO/CIDADE EM SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, MATO GROSSO, A PARTIR DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Essa dissertação foi julgada e aprovada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Cáceres – MT, 15 de dezembro de 2021.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Judite de Azevedo do Carmo
Orientadora
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza
Avaliador Interno
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

Prof. Dr. Vinicius Modolo Teixeira
Avaliador Interno
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

Profa. Dra. Carla Rodrigues Santos
Avaliadora Externa
Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável/ IABS

CÁCERES – MT
2021

*À minha mãe **Maria de Souza Oliveira Almeida** e ao meu pai **José Lopes de Almeida** por darem, a mim, a dádiva de poder contemplar mais este sonho em minha vida. Gratidão pela forma que me educaram! Assim, sigo em frente, levando comigo seus ensinamentos no processo de vivência com eles. A vida sigo em frente, através de minha filha **Maria Eduarda Delforno Leite Almeida**, a quem também dedico este trabalho. Te amo pai! Te amo mãe! Te amo filha!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por estar comigo em todos os momentos, conduzindo a minha trajetória em mais esta conquista em minha vida.

Aos meus familiares, pelas orações e incentivos, pelo amor de quererem sempre o melhor para mim.

À minha esposa, por me acompanhar desde o início desta caminhada ao ingressar no Programa de Mestrado.

À Profa. Dra. **Judite de Azevedo do Carmo**, pela forma como conduziu a orientação desta pesquisa. Admiro-a grandemente por ser uma pessoa compreensiva e extremamente dedicada no que faz. Sou eternamente grato ao Criador por ter colocado este *Ser* tão incrível na orientação deste trabalho.

Aos professores, Doutores **Vinicius Modolo Teixeira**, **Edevaldo Aparecido Souza** e Profa. Dra. **Carla Rodrigues Santos**, pelas valiosas e pertinentes contribuições no que se referem aos apontamentos realizados, tanto no Exame de Qualificação do texto desta Dissertação, quanto na Defesa Final.

Aos meus amigos de Mestrado, uma turma especial e guerreira, por atravessarmos um período pandêmico de muitas percas.

À Universidade do Estado de Mato Grosso "*Professor Carlos Alberto Reyes Maldonado*" (Unemat), pela presença marcante em minha formação acadêmica, tanto na Graduação, quanto no Mestrado. Aqui, meu especial agradecimento aos professores que compõem o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia (PPGGeo) pelos preciosos ensinamentos.

Enfim, gratidão a todos que torceram por mim!

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT	Mato Grosso
PFZ	Programa Fome Zero
PIB	Produto Interno Bruto
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPGGeo	Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Geografia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UDR	União Democrática Ruralista
Unemat	Universidade do Estado de Mato Grosso "*Professor Carlos Alberto Reyes Maldonado*"

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero do titular da propriedade (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso 511
Gráfico 2 – Faixa etária dos proprietários (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso 522
Gráfico 3 – Grau de escolaridade dos proprietários (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso.....533
Gráfico 4 – Faixa etária dos que residem na propriedade (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso.....544
Gráfico 5 – Grau de escolaridade dos que residem na propriedade (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso.....544
Gráfico 6 – Naturalidade dos assentados (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso 555
Gráfico 7 – Acesso a água para consumo doméstico (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso.....566
Gráfico 8 – Renda familiar mensal (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso 577
Gráfico 9 – Produção agropecuária (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso 59

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização geográfica do Município de São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso.....17
Figura 2 – Assentamento Santa Rosa.....50
Figura 3 – Produção de mandioca (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso 59
Figura 4 – Produção de abóbora (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso 600
Figura 5 – Produção de abacaxi (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso 611
Figura 6 – Produção de amendoim (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso 622
Figura 7 – Cultivo de hortaliças (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso 622
Figura 8 – Gado Cruzado leiteiro (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso 633
Figura 9 – Resfriador de leite (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso 644
Figura 10 – Criação de suínos (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso 655
Figura 11 – Mecanização agrícola (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso 666
Figura 12 – Motor a diesel usado à captação de água para o sistema de irrigação (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso.....67
Figura 13 – Assentamento Florestan Fernandes 69
Figura 14 – Produção de hortaliças e irrigação por aspersão (Assentamento Florestan Fernandes), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso 700
Figura 15 – Preparação de calda agroecológica (Assentamento Florestan Fernandes), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso.....71
Figura 16 – Motor a diesel utilizado no sistema de irrigação (Assentamento Florestan Fernandes), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso 722

Figura 17 – Produção de milho (Assentamento Florestan Fernandes), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso 733
Figura 18 – Produção de banana (Assentamento Florestan Fernandes), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso 733
Figura 19 – Produção de mamão (Assentamento Florestan Fernandes), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso 744
Figura 20 – Produção de quiabo (Assentamento Florestan Fernandes), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso 744
Figura 21 – Gado leiteiro e de corte (Assentamento Florestan Fernandes), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso.....755
Figura 22 – Resfriadores usados na produção leiteira (Assentamento Florestan Fernandes), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso 766
Figura 23 – Feira livre, em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso.....833
Figura 24 – Uso de automóvel utilitário para o comércio de porta em porta, pelos assentados, em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso 833

RESUMO

Campo e cidade são espaços que estão cada vez mais imbricados. Portanto, são mais intensamente analisados como interdependentes e complementares. Com esta percepção, esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de analisar a relação entre campo e cidade, no município de São José dos Quatro Marcos, estado de Mato Grosso, a partir dos Assentamentos rurais. Foram selecionados dois assentamentos, o Assentamento Santa Rosa, implantado pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e o Assentamento Florestan Fernandes, constituído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Nesses assentamentos, foram verificados, dentre outros aspectos, quais os produtos cultivados, como é realizada a comercialização das produções, se os assentados são beneficiários de incentivos públicos, bem como sobre a participação na produção da renda familiar e no abastecimento de insumos à cidade. O método adotado foi o materialismo histórico e dialético, seguido dos procedimentos de pesquisas bibliográficas, pesquisa documental, pesquisa de campo para aplicação de entrevistas com os assentados e um representante da Secretaria de Agricultura do município. Como resultado da pesquisa obteve-se que a produção nos assentamentos consiste na agricultura e na pecuária. No Assentamento Santa Rosa, a produção agrícola supera a produção pecuária. Já no Assentamento Florestan Fernandes, observou-se uma acentuação da produção pecuária em relação à agrícola. Em relação à comercialização dos produtos destes assentamentos, verificou-se que, em ambos, é feita por meio das feiras livres, também com vendas e entregas em domicílios e em comércios locais. Os investimentos públicos nos assentamentos são oriundos das esferas federais, estaduais e municipais. A renda das famílias é fruto de suas forças de trabalho nas cadeias produtivas, com algum membro exercendo atividade fora do campo. Verificou-se, também, que as produções agropecuárias dos assentamentos contribuem para o abastecimento do núcleo urbano. As relações entre os assentamentos com a cidade, ocorrem em sociabilidade dinâmica, onde os primeiros disponibilizam alimentos frescos para a população e ao mesmo tempo buscam na cidade por serviços essenciais como saúde e educação e também produtos não cultivados em suas propriedades. Esta relação evidencia a necessidade de o poder público contribuir por meio de políticas públicas para o desenvolvimento destes territórios.

Palavras-chave: Produção do Campo; Abastecimento da Cidade; Investimentos Públicos.

ABSTRACT

Countryside and city are spaces that are increasingly imbricated. Therefore, they are more intensely analyzed as interdependent and complementary. With this perception, this research was developed with the objective of analyzing the relationship between countryside and city, in the municipality of São José dos Quatro Marcos, state of Mato Grosso, from the rural settlements. Two settlements were selected, the Santa Rosa Settlement, implemented by the National Land Credit Program (PNCF), and the Florestan Fernandes Settlement, created by the National Institute for Colonization and Agrarian Reform (INCRA). In these settlements, we verified, among other aspects, which are the cultivated products, how the production is commercialized, if the settlers are beneficiaries of public support, as well as the participation in the production of family income and in the supply of inputs to the city. The adopted method was the historical and dialectical materialism, followed by bibliographic research procedures, documentary research, field research, and the application of interviews with the settlers and a representative of the Secretary of Agriculture of the town. As a result of the research, we found that the production in the settlements consists of agriculture and cattle-raising. In the Santa Rosa settlement, agricultural production surpasses livestock production. In the Florestan Fernandes settlement, on the other hand, an accentuation of livestock production in relation to agricultural production was observed. Regarding the commercialization of the products of these settlements, it was found that, in both, it is done through open markets, with sales and deliveries to homes and local businesses. Public investments in the settlements come from the federal, state, and municipal spheres. The families' income is the result of their labor forces in the productive chains, with some members working outside the field. It was also verified that the agricultural production of the settlements contributes to supplying the urban center. The relations between the settlements and the city occur in dynamic sociability, where the former make fresh food available to the population and, at the same time, search in the city for essential services such as health and education, and also for products that are not grown on their properties. This relationship highlights the need for the government to contribute through public policies for the development of these territories.

Keywords: Field Production; City Supply; Public Investments.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 19
2.1 O campo e a questão agrária brasileira na atualidade 19
2.2 A relação campo/cidade 33
3 METODOLOGIA 477
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO 500
4.1 Aspectos socioeconômicos e produtivos do Assentamento Santa Rosa 500
4.2 Aspectos socioeconômicos e produtivos do Assentamento Florestan Fernandes 688
4.3 Incentivos públicos aos assentamentos rurais do município de São José dos Quatro Marcos 777
4.4 Dinâmica de comercialização desenvolvida pelos assentamentos rurais, em São José dos Quatro Marcos 822
4.5 A relação campo/cidade, em São José dos Quatro Marcos, a partir dos assentamentos rurais 855
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 89
REFERÊNCIAS 922
APÊNDICE 99

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa de Dissertação de Mestrado tem, como objetivo central, a discussão da relação cidade/campo que, conforme Santos (1988) se interagem mutuamente. A relação entre essas duas áreas se deu, inicialmente, com as primeiras grandes navegações, consolidando-se, pois, com a Revolução Industrial; entretanto esta relação passou por mudanças e por isso não é possível continuar "[...] com os mesmos conceitos e classificações hierárquicas" (SANTOS, 1988, p. 54).

Corre-se o risco de incorrer ao equívoco de entender essa relação sem considerar as mudanças desencadeadas no decorrer do tempo. Santos (1988) ressalta a necessidade de observar as mudanças nesta relação colocando o exemplo de Lisboa e Londres, que mantinham relações intensas com áreas muito distantes, onde buscavam parte de suas riquezas. Por isso não se pode afirmar que uma cidade obtém riquezas apenas e tão somente por meio da relação com o campo e vice-versa.

Na contemporaneidade, no entendimento de Santos (1988), não se configura mais aquela visão remota onde o campo e a cidade só se relacionavam entre si e não estendiam suas relações para além de seus limites territoriais. Isso se dá pelo fato de que, com o fenômeno da globalização, essa realidade deixa de existir pela facilidade de estar ligado a qualquer área do globo, de estar em constante movimento, produzindo diálogos diretos e indiretos que deslocam as concepções outrora imperadas, promovidas e/ou praticadas (SANTOS, 1988). Com isso, o geógrafo deve analisar campo e cidade como espaços contraditórios, mas, ao mesmo tempo, complementares e suplementares e condicionados pelas forças do capital, promovendo uma visão de aproximação dessas duas realidades e não de seu distanciamento; estreitando caminhos, não ao contrário.

O pesquisador Alentejano (2003) especifica que, no início do século XXI, o debate acerca dessa temática, encontra-se "[...] numa encruzilhada. Diferentemente da segunda metade do século XX, quando o avanço, a generalização (e as vantagens) da urbanização eram considerados inexoráveis [...]" (ALENTEJANO, 2003, p. 26), o que se verifica, nos últimos anos, do atual século, é o aumento de estudos que se direcionam para uma revalorização do rural e uma limitação do modelo de urbanização.

Conforme Silva (1980) "[...] o desenvolvimento do capitalismo, em particular, no campo, é um caminho sempre de contradições e não havia de ser diferente no caso brasileiro" (SILVA, 1980, p. 17). O autor complementa, ainda, que "[...] as

contradições aqui, foram acentuadas, tanto pelo caráter extremamente desigual do desenvolvimento das várias regiões do país, quanto pela presença marcante do Estado nesse processo” (SILVA, 1980, p. 17). Ou seja, a globalização dos meios de produção, ao dar condições à mecanização e o implemento do capitalismo, no campo brasileiro, promoveu grandes transformações nesse espaço, tanto nas questões sociais, quanto nas territoriais e de produção. Merece destaque, sobretudo, o processo desigual de distribuição de terras e de acesso aos recursos disponibilizados pelo governo, para o desenvolvimento da atividade agropecuária.

Ross (2003) afirma que, “[...] considerando a estrutura fundiária brasileira, de acordo com a Lei de Terras de 1850, o acesso à terra só passou a ser possível por meio da compra mediante pagamento em dinheiro” (ROSS, 2003, p. 482). Nessa perspectiva, pode-se afirmar, que através dessa Lei é que se instituiu a propriedade da terra no Brasil (ROSS, 2003).

A análise da constituição histórica do Brasil demonstra que a propriedade de terra, na contemporaneidade, é fruto do passado, e que ela já se estabeleceu desde a época colonial, marcada, com efeito, pela desigualdade de acesso. Ressalta-se, ainda, que essa desigualdade, embora seja uma realidade de todo o território brasileiro, ocorre de diferentes maneiras em cada região. Entretanto, reverter esse quadro é possível, apenas, com a implementação de uma distribuição de terras mais justa à população.

Outra questão que deve ser ressaltada é a mecanização do campo em um contexto geral que possibilitou o aumento da produção, mas que trouxe consigo, algumas consequências, tais como a intensificação da migração da população do campo para a cidade. Os reflexos dessa intensa migração foram muitos, dentre os quais podemos citar: superlotação das grandes metrópoles, desemprego, fome, miséria, marginalização, prostituição, dentre outros problemas. Observa-se que não houveram incentivos à permanência da população no campo, ao privilegiar um sistema de produção agrícola baseado em grandes latifúndios com grande emprego de tecnologias.

Nessa perspectiva, aponta-se os assentamentos rurais como uma das possíveis soluções de minimização dos problemas socioeconômicos de um município, isso porque eles possuem pontos bastante positivos, a exemplo da geração de renda própria das famílias, através da produção e comércio de diversos tipos de alimentos, com produção, tanto para o próprio consumo, quanto para a comercialização do

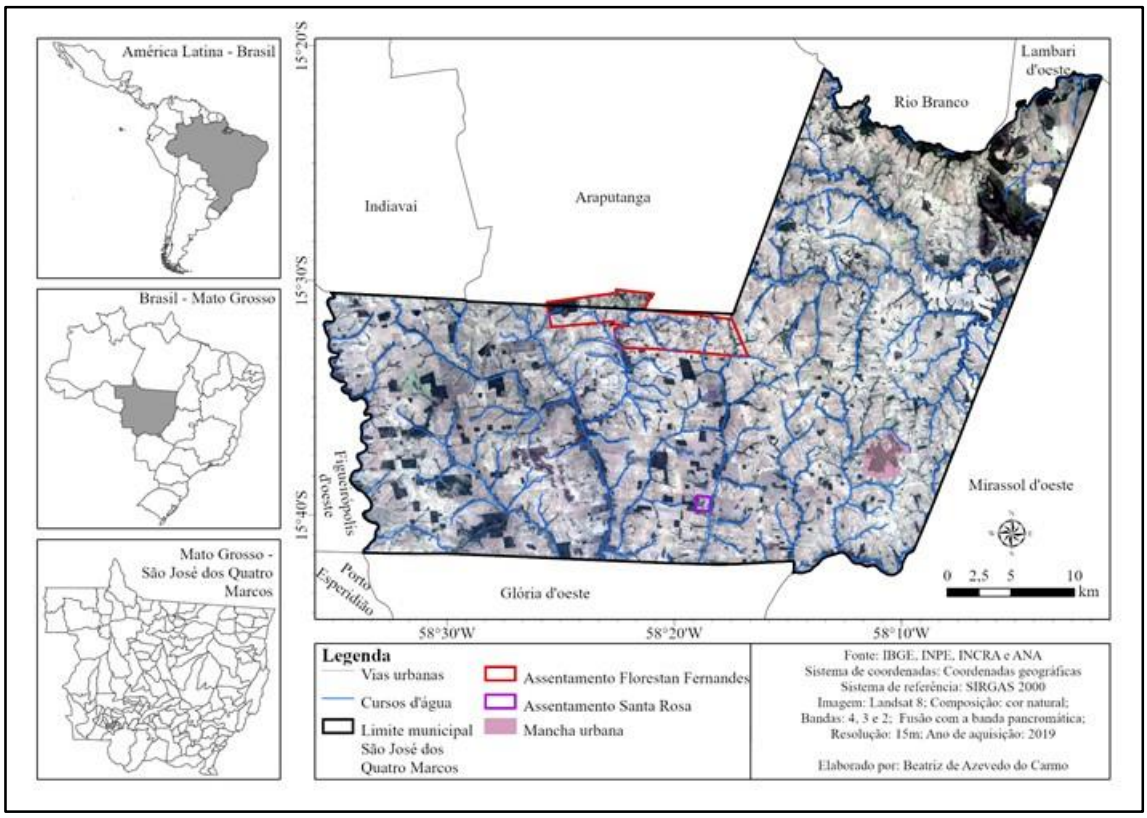
excedente. Girardi e Fernandes (2008) apontam que os assentamentos são terras desterritorializadas pela desapropriação, mas, ao mesmo tempo, reterritorializadas pelos novos ocupantes.

O papel da Reforma Agrária e dos Movimentos Sociais no Campo, é uma questão importante para se pensar nesta pesquisa, uma vez que o objeto principal de análise são os assentamentos rurais oriundos desse processo. Desse modo, a pesquisa foi desenvolvida com o objetivo geral de analisar o modo como se estabelece a relação campo/cidade a partir dos assentamentos rurais, em São José dos Quatro Marcos, no estado de Mato Grosso.

Para chegar ao objetivo geral estabelecido, procedeu-se a análise da forma de produção, assim como a apresentação dos produtos oriundos dos assentamentos rurais de São José dos Quatro Marcos. Além disso, buscou-se identificar como é realizada a comercialização dos produtos e qual é o mercado consumidor. A posteriori, verificou-se os incentivos públicos aos assentamentos, tanto do ponto de vista da gestão municipal, quanto dos próprios produtores e averiguou-se a participação da produção dos assentamentos na renda familiar dos assentados e no abastecimento da cidade.

Verificou-se, ainda, a origem dos assentados e, por fim, avaliou-se as estratégias de políticas públicas que contribuem para a valorização dos assentamentos rurais (Assentamento Florestan Fernandes e Assentamento Santa Rosa) e, consequentemente, para uma relação positiva entre campo e cidade, no município de São José dos Quatro Marcos, área de estudo, cuja localização está demonstrada na Figura (1).

Figura 1 – Localização geográfica do Município de São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso



Fonte: Organizado pelo autor (2021).

São José dos Quatro Marcos, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pertence à região intermediária de Cáceres e a região imediata de Mirassol D'Oeste, localizando-se a Sudoeste do estado de Mato Grosso, distante 308km da capital do estado, Cuiabá (BRASIL, 2020). Foi ocupado, inicialmente, por imigrantes colonizadores, vindos do estado de São Paulo, no ano de 1960. A priori, seu desenvolvimento econômico concentrou-se na produção de café e, posteriormente, de algodão (BRASIL, 2020).

Com a decadência desses ciclos econômicos, introduziu-se, no município, a pecuária, à qual, atualmente é dominante na economia local. A partir de 2002, os assentamentos rurais se tornaram uma realidade no território do município, estabelecendo, nesse espaço, sua territorialidade (BRASIL, 2020). Nesse contexto, a pesquisa foi direcionada a responder as seguintes questões: Qual é a relação entre campo e cidade, a partir dos assentamentos rurais de São José dos Quatro Marcos? Quais são os incentivos públicos que os assentamentos rurais são beneficiários? Os incentivos públicos promovem a valorização dos assentamentos rurais,

estabelecendo relação positiva entre campo e cidade em São José dos Quatro Marcos?

Na realização desta pesquisa, recorreu-se à linha de pesquisa de Dinâmica Espacial, do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Geografia (PPGGeo), da Universidade do Estado de Mato Grosso "*Professor Carlos Alberto Reyes Maldonado*" (Unemat). Desse modo, o estudo baseou-se em teorias alinhadas à dinâmica espacial. A estrutura desse trabalho de pesquisa está dividida em quatro capítulos, sendo o primeiro a parte introdutória, o segundo tem a finalidade de discorrer sobre a fundamentação teórica que forneceu a base para a análise empreendida, o terceiro destinado a expor a metodologia empregada e o quarto é onde se apresenta os resultados alcançados e sua discussão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O campo e a questão agrária brasileira na atualidade

Este item da dissertação destina a apresentar a estrutura agrária no Brasil, abordando todo um contexto histórico na atualidade que se configura o campo e seus modelos de produção, o capitalista e o da agricultura familiar camponesa. Portanto, existem, no cenário agrário brasileiro, segundo Felício (2014), duas vertentes de interpretação, às quais existem paradigmas que colocam o campesinato em duas situações, em uma, os movimentos sociais de luta pela reforma agrária resistem à exploração do capital, com estratégias dentro do sistema, como da produção coletiva, formação de associações e parcerias que os apoiam pela mesma causa.

Em contrapartida, há uma corrente paradigmática que defende uma linha que não se pode resistir ao modelo dominante, o qual o agricultor familiar camponês se transforma em um agricultor familiar capitalista, rendendo-se ao mercado globalizado e a suas amarras. Para enfatizar como atua o modelo capitalista de produção representado pelo agronegócio, de acordo com Souza e Conceição (2008):

> No Brasil o termo é usado quando se refere a um tipo especial de produção agrícola, caracterizada pela agricultura em grande escala, baseada no plantio — ou na criação de rebanhos — em grandes extensões de terra. Estes negócios, via de regra, se fundamentam na propriedade latifundiária bem como na prática de arrendamentos. Este tipo de produção agrícola é chamado, também, de agribusiness ou agrobusiness (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2008, p. 104).

As produções em todo território brasileiro seguem regras para satisfazerem aos interesses do mercado mundial voltados para os interesses do capital. Ainda no sentido de como se apresenta o campo de acordo com Hespanhol (2013), o campo pode ser definido como uma forma concreta que se materializa e compõe paisagens produzidas pelo homem. Sua identificação se dá pelo fato de ser um meio onde se desenvolvem atividades agropecuárias, um espaço de produção do rural, que, condicionados às forças do capitalismo, alteram-se no cenário da globalização com características rurais e urbanas.

Marques (2002) afirma que, no Brasil, o campo respeita as regras do capital, às quais os direitos sociais e a forma de vida, desse meio, são determinados de acordo com os interesses do modelo capitalista, bem como as mudanças do mundo globalizado são impostas ao campo, que fica refém do modo de produção capitalista.

Ressalta-se que o campo brasileiro passou por grandes transformações, proporcionadas pela modernização da agropecuária, embora não tenha atingido todo o território nacional.

Sobre essa modernização seletiva, Hespanhol (2007a) explica que a modernização do setor de agropecuária, por exemplo, foi se consolidando de forma expressiva. As regiões Sul e Sudeste foram as que mais se destacaram por meio da "[...] conversão de latifúndios em modernas empresas rurais e do estímulo para a alteração da base técnica das explorações realizadas em médias e grandes propriedades rurais" (HESPANHOL, 2007a, p. 274).

De acordo com Girardi (2015) com base em Higa (2005), partindo para a região Centro Oeste com destaque a Mato Grosso a partir de 1930, com iniciativa da política federal de interiorizar a população excedente de outras regiões, criou-se o movimento chamado Marcha para o Oeste, havendo um deslocamento populacional para essa região, com implantações de várias colônias agrícolas principalmente para o sul do estado, mas isso não condicionou para implantação da reforma agrária nesse momento. Desse modo, Hespanhol (2007a) reitera que o crédito rural oficial era o:

> [...] principal instrumento utilizado para promover a modernização da agropecuária, foi altamente seletivo, pois a sua oferta se restringiu aos médios e grandes produtores. A grande maioria dos agricultores, notadamente os pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e meeiros, cujas condições de acesso à terra eram precárias, não foi atendida pelo crédito rural oficial, tendo maiores dificuldades para alterar a base técnica da produção e permanecer no campo (HESPANHOL, 2007a, p. 274).

Essa forma de investimento que vem sendo feita no campo, demonstra como o capitalismo é um modelo desigual que atende, especialmente, e em maior grau, aos interesses do mercado global e não aos da sociedade como um todo (HESPANHOL, 2007a).

O Estado, sendo estruturado no âmbito do sistema capitalista, contribui à materialização dessa realidade desigual que, de acordo com Corrêa (1989), utiliza as terras públicas como reserva fundiária para uso futuro, direcionando o seu uso como bem entender. Se essas terras fossem usadas para a reforma agrária, resolveriam inúmeros problemas sociais causados pela má distribuição de terras no país (CORRÊA, 1989). Desse modo, se o Estado se consagrar, enquanto um colaborador assíduo aos modos de atuação do sistema capitalista sobre os territórios, a realidade perversa do capital, aflora em uma espécie de segregação dos lugares, tornando,

assim, não somente um Brasil deveras desigual, mas em todos os espaços em uma esfera global (CORRÊA, 1989).

Essa realidade estende-se a todo território brasileiro, onde o Estado investe no agronegócio, o qual é voltado à exportação, deixando menores investimentos à agricultura familiar camponesa que abastece o mercado interno de alimentos e, para destacar essa ação do capital, Moraes e Costa (1987) destacam que o papel do Estado é ser:

> [...] alocador de infraestrutura e de investimentos públicos-privados. É o próprio capital geral, em sua forma mercantil, valorizando o território e tudo o que ele contém. Por outro lado, enquanto capital mercantil geral, controla "oferta" dos produtos agrícolas a nível nacional e até internacional, condicionando a viabilidade de exploração e de incorporação de terras ou de capital à produção. A nível mais específico, estende o seu controle sobre os processos de compra (MORAES; COSTA, 1987, p. 173).

O Estado, pois, colabora com a dominação do capital que controla a relação de mercado, sobretudo, da produção agrícola nacional e internacional. É, pois, um explorador de trabalho e de subsistência humana, em detrimento da circulação e acúmulo de capital (MORAES e COSTA, 1987). Assim, em todas as relações mercantis, o capital busca se apropriar do território, controlando todo o mercado, seja ele nacional ou global. Diante desse contexto, descrevendo o campo, Silva (1980) expõe que:

> [...] apesar das enormes desigualdades regionais do país, não se pode ignorar o desenvolvimento econômico por que passou o campo brasileiro, especialmente nas últimas duas décadas, nem as transformações políticas a ele associadas (SILVA, 1980, p. 36).

Ainda com toda essa disparidade que assola o seio social brasileiro, o campo, ainda que em condições precárias, conseguiu uma evolução e certos reconhecimentos nos últimos anos (SILVA, 1980). Contudo, o autor ressalta, ainda, que "[...] em consequência dessas transformações, a estratégia de políticas alternativas reivindicadas pelos trabalhadores rurais não se limita à reforma agrária" (SILVA, 1980, p. 36). O autor ainda pondera que as transformações consequentes de políticas alternativas concedem:

> [...] lugar fundamental, também, a questões como preços mínimos, comercialização, crédito e assistência técnica, políticas essas que, num regime democrático, poderiam estar voltadas para os pequenos proprietários/produtores e não apenas para uma minoria privilegiada de grandes proprietários (SILVA, 1980, p. 36).

Contudo, é importante destacar que o processo de reforma agrária não se limita na aquisição das terras, mas também de condições de comercialização, produção e infraestrutura para a agricultura familiar camponesa. Em uma outra vertente está o agronegócio que concentra a maioria das terras no país e os investimentos, e para destacar essa realidade segundo Souza e Conceição (2008), busca-se:

> [...] dar ênfase ao agronegócio enquanto a grande possibilidade para o campo brasileiro, onde o discurso ideológico se faz, exatamente, no sentido de demonstrar que os problemas do campo brasileiro se encontram superados, tendo em vista as perspectivas de aumento da produção e da produtividade, e não as condições de vida daqueles que vivem no campo – os trabalhadores rurais e camponeses (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2008, p. 104).

Percebe-se, desse modo, que o capitalismo, é um sistema que não possui o interesse em colocar, em pauta, nada além de seus próprios interesses, promovendo as desigualdades sociais no país, por meio de explorações descontroladas e incisivas. Na verdade, o sistema sobrevive das contradições (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2008).

Com o apoio do Estado há o favorecimento do agronegócio, onde se verifica grandes investimentos, por exportarem matérias-primas, tais como: soja, algodão, dentre outras, pois são responsáveis pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Em contrapartida, tem-se a agricultura familiar camponesa que é responsável pela produção de alimentos que atendem todos os setores do mercado interno, recebendo poucos investimentos para o desenvolvimento de suas atividades produtivas. Em linhas gerais, a essa realidade pela qual perpassa o Estado brasileiro e seu processo produtivo capitalista, segundo Souza e Conceição (2008), se instaura um discurso que:

> [...] permite mascarar a concentração das propriedades agricultáveis, nas mãos de poucos donos, onde a grande propriedade, agora reconhecida enquanto “empresa rural” ao mesmo tempo em que preserva o direito “inviolável” à propriedade privada, dá aos grandes proprietários todos os privilégios e incentivos por parte do Estado (SOUZA e CONCEIÇÃO, 2008, p. 120).

O modelo é destrutivo e desigual, com uma estrutura fundiária concentradora, que controla a força de trabalho e o mercado, sendo aparelhado e orquestrado pelo Estado. De acordo com Souza e Conceição (2008), o agronegócio é colocado como

guardião da economia por sustentar o Produto Interno Bruto (PIB), mas esse modelo traz, consigo, construtos de miséria, fome, desemprego, falta de moradia, dentre outros problemas sociais e ambientais (SOUZA e CONCEIÇÃO, 2008).

A agricultura familiar camponesa é responsável pela maior parte da produção de alimentos no país e boa parte desta produção é realizada pelo método orgânico e agroecológico. Por outro lado, o setor do agronegócio postula outro modelo excludente e degradante, e o Estado contribui para essa realidade por atender, prioritariamente, os interesses do capital. Para reverter essa realidade, uma das alternativas é a reforma agrária. Porém, isso somente seria possível, caso houvesse a libertação das amarras do capital, oportunizando mais qualidade de vida e justiça social.

Para Silva (1980) a reforma agrária vem sendo uma problemática desde às primeiras crises econômicas mundiais, tendo como solução, a adesão ao processo de industrialização como caminho ao desenvolvimento econômico do país. Contudo, é nesse momento que cresce a concentração de terra e as desigualdades sociais brasileiras, que se iniciou ainda em 1500 com as sesmarias.

Em contextualização, a introdução do capitalismo industrial, no Brasil, de acordo com Silva (1980), sofreu limitações impostas pela industrialização da agricultura. Com o passar do tempo, as limitações de ordem natural, no que se refere à produção agropecuária, vão sendo aos poucos superadas, pois é como se o "[...] sistema capitalista passasse a 'fabricar' uma natureza adequada à sua sede por maiores lucros, a partir das conquistas tecnológicas da sua propalada indústria (SILVA, 1980, p. 09, grifo do autor).

O capitalismo controla o mercado com suas tecnologias no âmbito da produção, pois o lucro é o símbolo de suas ações e a reforma agrária é a barreira ao seu desenvolvimento. Destaca-se aqui, que o capitalismo é o grande responsável por essa realidade desigual da questão agrária, pois, de acordo com Corrêa (1989), com a implantação do sistema capitalista de produção, a classe dominante segrega a sociedade entre dominantes e dominados ao controlar, por exemplo, o mercado de terras. Nessa mesma perspectiva, de acordo com Oliveira (2007) "[...] o desenvolvimento do capitalismo é produto de um processo contraditório de reprodução capitalista ampliada do capital" (OLIVEIRA, 2007), ou seja:

> [...] O modo capitalista de produção não está circunscrito apenas à produção imediata, mas também à circulação de mercadorias, portanto, inclui também

> a troca de mercadorias por dinheiro e, obviamente, de dinheiro por mercadorias (OLIVEIRA, 2007, p. 20).

Contudo, Oliveira (2007) esclarece que o capitalismo traz eminentes e emergentes desigualdades sociais, pois é um modelo perverso, baseado na exploração de classes como um meio para a sua manutenção. Foi em meio a essa realidade que o Brasil passou por um processo de luta pela reforma agrária. Para entender melhor esse processo, é preciso entender, sobretudo, a estrutura agrária do país.

Com base nas postulações feitas por Antônio Raymundo Laranjeira Barbosa[1], Oliveira (2007) explica que "[...] no Brasil, as primeiras propostas de lei sobre a reforma agrária, surgiram após a Constituição Federal de 1946" (OLIVEIRA, 2007, p. 104). Tais propostas baseavam-se, principalmente, nos princípios postulados nos Arts. 141. e 147., os quais tratavam "[...] da desapropriação por interesse social e à justa distribuição da propriedade [...]" (OLIVEIRA, 2007, p. 104). Os referidos Artigos, dispostos na antiga Constituição Federal de 1946, são retomados por Oliveira (2007), os quais, dizem, respectivamente que:

> [...] Art. 141. [...] §16 – É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. [...] Art 147. O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no Art. 141., §16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos (OLIVEIRA, 2007, p. 104).

Se o processo de reforma agrária seguisse esses princípios constitucionais desde o início, não existiria tantas desigualdades sociais espalhadas pelo país. De acordo com Rocha e Cabral (2016), o Estatuto da Terra foi criado em 1964 e nele se observa diretrizes e ações à realização da reforma agrária. Contudo, pouco foi feito levando em consideração esse intuito.

Foi definido um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com total oposição dos ruralistas (BRASIL, 1985) que se uniram para a formação da União Democrática Ruralista (UDR[2]), para combater a possibilidade de uma nova

---

[1] Ler mais sobre Antônio Raymundo Viveiros Laranjeira Barbosa, no *site* da Academia de Letras Jurídicas da Bahia (ALJBA). Disponível em: http://aljba.org.br/raymundo-laranjeira/. Acesso em: 10 fev. 2021.

[2] UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA (UDR). *In:* FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV), [S. l], [S. d.]. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-ruralista-udr. Acesso em: 10 abr. 2021.

configuração do campo e barrar a implementação do PNRA (UDR, s.d.). O estatuto foi modificado em 1988 com a promulgação da Constituição Federal Brasileira (CF/88), legitimando a função social da terra (BRASIL, 1988).

Isso não quer dizer que os ruralistas não tiveram vitórias na CF/88, pelo contrário; entretanto, os movimentos sociais também tiveram conquistas, especialmente no Art. 184, que trata, por exemplo, da desapropriação para fins de reforma agrária, caso a propriedade não esteja cumprindo a sua função social, e no Artigo 186, que fornece as bases para que se possa verificar quando que a propriedade não está cumprindo com essa função (BRASIL, 1988).

Observa-se, a partir de Mattei (2012), que apesar do PNRA e da CF/88 abrangerem a questão da reforma agrária, no governo de José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney (1985-1990), não houve o cumprimento das metas, haja vista que do compromisso em assentar cerca de 1,4 milhões de famílias, apenas 85 mil se concretizaram, houve muitos acordos, à época, com os latifundiários.

No governo de Fernando Affonso Collor de Mello e Itamar Augusto Cauteiro Franco (1990-1994), conforme Mattei (2012), ocorreram retrocessos na luta pela terra, uma vez que estes presidentes eram contrários à reforma agrária e aliados, no congresso, à bancada ruralista. Nesse período, extinguiu-se o Ministério da Reforma Agrária e realizou-se somente a regularização de títulos de posse, pois houve a implantação de programas de arrendamento rural e poucos assentamentos.

Rocha e Cabral (2016), apresentam dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os quais atestam que foram assentadas, no governo de Fernando Collor e Itamar Franco, apenas 58.317 famílias, número bem menor que nos governos anteriores. Em análise aos dados do INCRA, Rocha e Cabral (2016), observam que no governo de Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro mandato (1995-1988), foi o período que mais assentamentos foram criados, isso porque a década de 1990 foi marcada por graves conflitos no campo (ROCHA; CABRAL, 2016). Sendo assim, o governo criou “[...] programas de acesso à terra com o intuito de reduzir os conflitos existentes e combater a pobreza rural” (SAUER, 2010, p. 99-100) e contou com a ajuda do Banco Mundial, cujos recursos possibilitaram amenizar a pressão social por terra; entretanto, de forma a não modificar a estrutura fundiária e nem ampliar as desapropriações.

No segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), houve a implantação do projeto neoliberal no campo brasileiro. Sendo assim,

os movimentos sociais no campo foram criminalizados, pois criou-se uma medida provisória para não assentar famílias que estavam ocupando terras, além de criar um outro tipo, a Reforma Agrária de Mercado (RAM), à qual teve sua proposta elaborada pelo Banco Mundial (ROCHA e CABRAL, 2016).

Os mesmos autores (2016) explicam que essa reforma agrária realizou-se por meio de mecanismos de mercado, tais como a criação de programas e projetos de financiamentos à compra de terras e, dessa forma, tendo os seguintes programas: Reforma Agrária Solidária, Cédula da Terra, Banco da Terra, Crédito Fundiário e Programas de financiamento rural, os quais foram apoiados financeiramente pelo Banco Mundial. No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, ocorreram, ainda, algumas extinções:

> [...] da política de crédito especial para reforma agrária, criada durante o governo Sarney, e a política de assistência técnica, prejudicando centenas de milhares de famílias assentadas, intensificando o empobrecimento" e proibiu "a política de educação para os assentamentos, que fora criada a partir de um conjunto de ações do MST (FERNANDES, 2003, p. 02).

Fernandes (2003) expõe, que apesar de Fernando Henrique Cardoso pregar que realizou a maior reforma agrária da história do Brasil, as pesquisas sobre essa questão, produziram resultados lamentáveis: o crescimento do número de famílias acampadas, em 2003, chegou em 120mil. A precarização dos assentamentos implantados, em virtude de projetos incompletos se acentuaram e os assentados sofriam com a ausência de infraestrutura básica e de crédito para desenvolverem a produção e de investimento em implementos agrícolas.

Outro fato destacado por Fernandes (2003) é que 90% dos assentamentos implantados foram resultados de potenciais ocupações de terra. Quando houve a criminalização das ocupações de terra, elas diminuíram consideravelmente e, consequentemente, diminuiu, também, o número de assentados. Com a criminalização das ocupações o processo de implantações de assentamentos diminuiu, por isso que nesse momento o avanço da reforma agraria foi contido. Esse último ponto, foi um grande complicador para levantamentos do INCRA, que não conseguiu afirmar em 2003, com certeza, quantos assentamentos foram de fato implantados.

No primeiro mandato do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), a estratégia foi, conforme Mattei (2012), a qualificação dos

assentamentos já existentes, os quais se encontravam em péssimas condições, especialmente no que tange à produção e à infraestrutura, pouco foi feito em relação à desapropriações. Contudo, Lula, quando eleito, teve o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, conforme Rocha e Cabral (2016), membros desse movimento, no ano de 2003, “[...] em conjunto com uma equipe de especialistas coordenados por Plinio de Arruda Sampaio, participaram da elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária” (ROCHA e CABRAL, 2016, p. 83).

A equipe de Plínio de Arruda não teve sustentação, sendo substituídos por outra equipe da corrente agricultura familiar que organizou outro plano, II Plano Nacional de Reforma Agrária foi entregue à Lula pelo ministro Miguel Rosseto. O II PNRA tinha, como objetivo, contribuir com a geração de renda das famílias, além de possibilitar o acesso à saúde, à educação, ao saneamento básico e à energia elétrica.

Nesse programa, residia a compreensão de que, além da terra, os trabalhadores necessitavam de condições mínimas para permanecerem nela. Assim, obtinha-se a pretensão de mudar a estrutura agrária, por isso ações foram planejadas para atender aos anseios da agricultura familiar camponesa e das comunidades rurais tradicionais, além de superar, também, até mesmo as desigualdades de gênero (BRASIL, 2003 apud ROCHA e CABRAL, 2016, p. 20).

Entretanto, Mattei (2012) explica que esse II PNRA foi pouco implementado nos oito anos de mandatos do governo Lula, “[...] sendo efetivamente realizadas ações tradicionais” (MATTEI, 2012, p. 25). Isso ocorrendo especialmente naquelas regiões de conflitos agrários, visto que as metas não foram cumpridas e os movimentos sociais agrários questionavam essa situação, pois defendiam que, conjuntamente à qualificação dos assentamentos, deveriam realizar a desapropriação para atender à demanda por reforma agrária.

No que se refere à agricultura, Rocha e Cabral (2016), esclarecem que o governo Lula propôs dois projetos diferentes: o fortalecimento da agricultura familiar camponesa, com projetos voltados à produção de alimentos, os quais são ligados ao Programa Fome Zero (PFZ), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); e os incentivos financeiros ao agronegócio, cujo objetivo seria a exportação. Os autores ressaltam, contudo, que a agricultura familiar camponesa esteve em desvantagem, uma vez que a expansão do agronegócio, com o aumento de sua área de produção, tem expulsado os pequenos agricultores (ROCHA e CABRAL, 2016). No entanto, há uma luta entre essas duas vertentes quando falamos

em reforma agrária, prevalecendo o latifúndio, e para representar a configuração do território brasileiro:

> No século XX ocorreram profundas transformações do espaço agrário brasileiro, inclusive o surgimento da luta pela Reforma Agrária. A Reforma Agrária é uma política pública que possibilitaria a resolução do problema fundiário brasileiro. A luta pela Reforma Agrária no Brasil ganhou força principalmente a partir da década de 1950 com o crescimento das ligas camponesas. É importante destacar que, existe diferença entre luta pela terra e luta pela Reforma Agrária. A luta pela terra sempre foi uma luta constante dos camponeses e nasceu com o latifúndio, à luta pela reforma agrária é mais recente (ROCHA e CABRAL, 2016, p. 79).

Verifica-se, do ponto de vista histórico, uma realidade deveras desigual, quando se refere à distribuição fundiária no Brasil, pois os debates datam de um passado não tão distante. Além disso, lutar pela terra têm sido um debate desde antes das discussões acerca da reforma agrária, ou seja, ainda que pensemos que esses processos caminham juntos, a verdade é ao contrário disso (ROCHA e CABRAL, 2016).

Em um período atual sobre o entendimento da reforma agrária no pós-golpe parlamentar, em 2016, conforme definem o *impeachment* da Ex-Presidenta Dilma Vana Rousseff, Leite, Castro e Sauer (2018), apontam que as condições fundiárias deixaram de estar nas discussões do congresso e o favorecimento expressivo ao agronegócio foi acentuado. Foram editadas, também, muitas medidas provisórias, bem como foram realizados diversos acordos políticos, objetivando as repressões aos movimentos de luta pela reforma agrária, paralisando, assim, o órgão responsável pela questão fundiária no país (LEITE, CASTRO e SAUER, 2018).

Fazendo a contextualização desta realidade de distribuição de terras, ao estado de Mato Grosso, segundo Girardi (2015), no início do século XX, a ocupação territorial deu-se para o Oeste em busca de metais preciosos, desenvolvendo, por conseguinte, a pecuária, o extrativismo vegetal e produção de cana de açúcar ao longo do rio Cuiabá. Nesse contexto, conforme Girardi (2015) “[...] as terras eram vendidas às empresas por valores irrisórios para a criação de projetos agropecuários ou para a colonização privada, revelando-se uma ótima estratégia para aumentar as fortunas através da especulação fundiária” (GIRARDI, 2015, p. 6).

Nota-se, a estratégia para especulação fundiária e acúmulo de capital com a venda de terras para grandes corporações. Fomenta-se, pois, a extração, a exploração e o fortalecimento dos grandes projetos agropecuários e despreza-se, por

obviedade, a cultura da agricultura familiar camponesa pautada na coletividade e organicidade dos seus sujeitos. Logo, despreza-se a economia solidária e de subsistência de famílias que dependem desse processo (GIRARDI, 2015). Girardi (2015) relata que:

> As formas de incentivo à propriedade camponesa, criadas a partir da década de 1970, por meio de projetos de colonização públicos e privados e assentamentos rurais, não foram suficientes para o pleno desenvolvimento do campesinato e sua consolidação na região, de modo que grande parte da população de camponeses – assentados ou colonos – acabou sendo desintegrada. Um dos grandes problemas da criação de unidades camponesas na Amazônia e no Cerrado naquele período era a distância dos centros consumidores, do Estado e, em consequência, o confronto desigual com o capital e com os grileiros (GIRARDI, 2015, p. 06).

Devido à instabilidade camponesa, em relação ao embate entre o capital e os grileiros, o Estado deixa de pensar na agricultura familiar camponesa e seus respectivos projetos (GIRARDI, 2015). Com isso, “[...] grande parte dos projetos de colonização baseados no estabelecimento familiar fracassou” (GIRARDI, 2015, p. 06). Quanto a essa realidade, em que os espaços foram alterados em decorrência de um novo processo de desenvolvimento produtivo implantado no mundo para determinar a dinâmica territorial, seguindo os interesses do mercado global, na lógica do sistema capitalista, a globalização dos meios de produção tornou o sistema capitalista o principal detentor das forças de trabalho, gerando cada vez mais as desigualdades sociais e esse modelo provocou uma mudança geral na forma de produzir no campo.

Nessa relação, Ferreira (2001) expõe que:

> [...] O processo de modernização da agricultura levou ao campo novas formas de produzir, relações de trabalho mais apropriadas à lógica do sistema capitalista, numa situação na qual a indústria passa a ser produtora de insumos para agricultura e consumidora de bens agrícolas (FERREIRA, 2001, p. 51).

Pode-se afirmar que o sistema capitalista é um modelo de produção, que, através da exploração da classe trabalhadora, constrói suas riquezas espalhando desigualdades por onde passa. Baseado nessa realidade, Girardi (2015) afirma que em contexto geral, o capital, com sua cultura baseada no lucro a qualquer custo e, atendendo aos interesses do mercado global, privilegia as elites, intensificando ainda mais as desigualdades sociais, em suma, no estado de Mato Grosso (GIRARDI, 2015). O capitalismo intensifica a destruição da natureza para implantar seu modo de produção e segundo Girardi (2015):

> [...] a reprodução do modelo histórico brasileiro na Amazônia e no Centro-Oeste não é simples; ele conhece nesses espaços a atualidade do processo de territorialização e reprodução do capital com intensidades e escalas jamais vistas, o que agudiza ainda mais a desigualdade e as contradições do espaço geográfico produzido nessas regiões (GIRARDI, 2015, p. 10).

O capitalismo, onde impera, deixa suas marcas na natureza e na sociedade, a qual luta por justiça social. E, dentro dessa realidade desigual, surgem conflitos territoriais pelo país em que os sujeitos se colocam em busca de um pedaço de terra para conseguirem condições melhores de vida e livrarem-se das amarras do capital. Dessa forma, quanto à exposição desta questão, Oliveira (2007), aponta que:

> [...] as elites nacionais vão se tornando proprietárias de terras e capitalistas da agricultura para produzirem mercadorias para o mercado mundial. Estas elites são, portanto, parceiras e muitas vezes sócias dos monopólios mundiais do agronegócio. Não há diferença entre eles, pois as elites defendem aqui os interesses do capital mundial (OLIVEIRA, 2007, p. 148).

Como pode-se observar, as elites são parceiras do capital e seguem os interesses do mercado mundial, estabelecendo monopólios, se apropriando ilegalmente das terras do país. De acordo com Oliveira (2007, p. 148) “[...] são estas elites que estão grilando as terras públicas do país”. Em relação ao processo de reforma agrária, no Brasil, de acordo com Girardi e Fernandes (2008), a luta pela terra, através de ocupações à criação de assentamentos rurais, promove a recriação do campesinato, cujas ações ocorrem de diversas maneiras, sendo elas arrendamentos, meações, parcerias e por compras. Isso representa a verdadeira iniciativa à reforma agrária contra as amarras do capital.

Conforme Girardi e Fernandes (2008) os assentamentos são formas de distribuições de terras públicas, sendo uma divisão territorial composta de dois tipos: assentamentos não reformadores e reformadores, onde, no primeiro, os camponeses se territorializam sem uma desapropriação de terra, já no segundo, as terras são desterritorializadas pela desapropriação. A verdadeira realidade fundiária está nos assentamentos reformadores, tendo em vista que esse modelo está legalizado no país, seguindo o Art. 186, da CF/88 (BRASIL, 1988) e é, nesse tipo de assentamento, que o campesinato se desenvolve territorializando suas terras.

Em concordância a essa perspectiva, Oliveira (2007) diz que o avanço das ligas camponesas desencadeou, nas elites latifundiárias, uma posição de confronto a essa ofensiva campesina e, nesse momento, a luta de classes representa a dialética entre os camponeses e os latifundiários, pois essa realidade tem sua raiz nas

revoluções socialistas que ocorreram no Pós-Segunda Guerra Mundial, e esse movimento de lutas contra a exploração capitalista no campo, perdura até a contemporaneidade. Girardi e Fernandes (2008) apontam para o fato de que devido às particularidades da região da fronteira agropecuária amazônica:

> [...] os projetos de caráter ambiental devem ser particularmente seguidos de perto pelo Estado para que a sustentabilidade não seja colocada em xeque pela miséria, contra a qual não há argumentos. A instituição de programas de renda mínima aos assentados – e aos camponeses de forma geral – é indispensável e tem tripla significação: a) contribui para resolução do problema agrário; b) contempla a problemática ambiental e c) é uma oportunidade ímpar para deter o intenso êxodo rural ainda em marcha no país (GIRARDI; FERNANDES, 2008, p. 97).

O Estado deve ter o compromisso de adotar o modelo de produção sustentável para todos. Marques (2002), aponta, sobre a resistência ao capital, que os movimentos sociais buscam se libertar da dominação do sistema capitalista de produção. Isso mostra que deve ser criada uma estratégia de desenvolvimento no campo, por parte do Estado, à qual não priorize somente a questão econômica em sua ação, mas que se desenvolva uma ação efetiva e direcionada à justiça social. Partindo dessa proposta de resistência e luta pela reforma agrária contra a dominação do capital, Oliveira (2007) descreve que:

> As transformações profundas que a agricultura brasileira passou nas últimas décadas do Século XX, revela suas contradições presentes no interior da estrutura agrária e revela sua componente contemporânea: a luta pela reforma agrária. Mais do que isso, revela a relação orgânica entre a luta pela terra e a conquista da democracia por esses excluídos (OLIVEIRA, 2007, p. 193).

Desse modo, é uma “[...] conquista da democracia que se consuma na conquista da terra, na conquista de sua identidade camponesa, enfim, na conquista da cidadania” (OLIVEIRA, 2007, p. 193). Há, pois, um movimento concreto de atuação em todo território brasileiro, visando uma incansável luta por justiça social, onde todas são direcionadas à reforma agrária. Com base nesse contexto, os camponeses simbolizam as lutas por um país mais justo e solidário, sem o caráter desigual capitalista quanto à representação desses sujeitos frente aos processos democráticos (OLIVEIRA, 2007).

Souza (2015) define que os camponeses trazem, em sua essência, elementos de valores além dos econômicos, pois são experiências culturais que provém da interação entre pessoas. É claro que o poder industrial do capital massifica os lugares,

mas o campesinato mantém suas particularidades e especificidades, se territorializando e estabelecendo suas relações sociais. Dando ênfase ao que representa o campesinato no país, na visão de Oliveira (2007) “[...] vive-se, no Brasil, cotidianamente, a rebeldia dos camponeses no campo e dos trabalhadores rurais na cidade” (OLIVEIRA, 2007, p. 153), uma vez que:

> Na cidade e no campo eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. São pacientes, não têm pressa, nunca tiveram nada, portanto, apreenderam que só a luta garantirá no futuro, a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em luta por direitos (OLIVEIRA, 2007, p. 153).

Desse modo, “[...] têm a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado” (OLIVEIRA, 2007, p. 153). Esse movimento representa um modelo de produção resistente ao sistema capitalista, o qual produz alimentos saudáveis para o consumo do mercado interno brasileiro, de caráter sustentável e respeitando a natureza.

No quesito campesinato, Oliveira (2007) conclama para o fato de que esse modelo, é o caminho ideal para um Brasil mais compromissado com a soberania alimentar e a eliminação da fome, bem como de melhores condições de trabalho, apoiando a produção familiar em suas cooperativas e associações, garantindo melhores preços aos seus produtos e fornecendo créditos ao desenvolvimento de suas atividades, de forma a difundir, efetivamente, o desenvolvimento de um modelo autossustentável que respeite a natureza e, como resultado esperado, justiça social para todos. Como majoritariamente são criadas ações voltadas aos interesses do capital, foram sendo criadas estratégias dentro do próprio sistema capitalista dominante, para resistir à exploração, às quais são os movimentos do campesinato espalhados por todo o país.

Com isso, a reforma agrária representa todo o contexto abordado, sendo um caminho possível à libertação desse sistema disseminador de desigualdades, com o intuito de que o modelo de desenvolvimento, busque justiça social para todos, sem distinção de classe.

2.2 A relação campo/cidade

Seguindo para o contexto da relação campo/cidade para dar sustentação teórica para o tema em questão destaca-se as definições de ambos iniciando pelo primeiro, que de acordo com Marques (2002) o campo, pensando pela lógica do capital, avaliando a prática da agricultura familiar camponesa, no Brasil, sempre foi colocada como lugar de atraso, desenvolvendo práticas arcaicas na cadeia produtiva. Em contrapartida, a cidade era vista como símbolo da modernidade.

O campo brasileiro, segundo Hespanhol (2007b) é visto como local de desenvolvimento de atividades agropecuárias, onde as desigualdades pela concentração de terras e o modelo capitalista de produção excluíam os que não acompanhavam as mudanças do mundo globalizado. Entretanto, isso é próprio do capital, a submissão de uma classe para hegemonia de outra, gerando um desenvolvimento desigual, principalmente, nas regiões mais pobres do país. Assim, as cidades, desde então, tornam-se referência a essa realidade do capital.

Na atualidade, essa diferença ainda existe, mas em vista do passado, vem diminuindo de maneira gradativa, tendo em vista que as tecnologias, advindas do processo de globalização, hoje atingem ambos os espaços; campo e cidade recebem as mesmas modernidades, o que se diferencia é como elas são distribuídas. O Estado, por sua vez, por seguir as regras do capital, provoca desigualdades sociais em todo território nacional, visto que a modernidade não atinge de forma homogênea todas as classes e, consequentemente, todos os espaços.

O campo é uma realidade que se apresenta atrelada ao espaço rural, mas em sua análise é preciso levar em consideração que esse espaço por si só não se define, necessita de outros modos de relações. Nesse sentido, Wanderley (2013) aponta que “[...] ao considerar, especificamente, os territórios rurais, uma preocupação se impõe: a necessidade de integração entre si e aos polos urbanos locais e regionais (pequenas e médias cidades)” (WANDERLEY, 2013, p. 118).

No geral, há um processo desigual quando trata-se de desenvolvimento regional, o Estado não atende a todas as regiões, porque ele segue os interesses do Mercado Mundial. Alves (2012) diz que o sistema trata “[...] das cidades do agronegócio, ou seja, das cidades organizadas numa perspectiva da agropecuária. Dessa ótica, o campo é quem determina os processos e estruturas da cidade” (ALVES, 2012, p. 14). Isto porque, se entende, que as cidades estão organizadas e

estruturadas de acordo com as exigências do modelo de atividade econômica vigente que é o agronegócio.

Nessas cidades, conforme Volochko (2013), exemplificando com os municípios de Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, ambos localizados em Mato Grosso, as ações do capitalismo, por meio das grandes corporações impulsionadas pelo agronegócio, controlam as dinâmicas de espaços rurais e urbanos.

A organização espacial urbana também é voltada à elite capitalista e é visível a segregação entre ‘ricos’ e ‘pobres’ na questão habitacional. No campo, os que mantêm uma produção não capitalista são expropriados de suas terras pela pressão do capital para monopolizar o território e aumentar a cadeia produtiva, sendo essas áreas, destinadas aos donos do capital (VOLOCHKO, 2013). Representando toda essa atuação do modelo capitalista, Volochko (2013) afirma que:

> A aparência de um desenvolvimento social se mascara num crescimento econômico que se materializa no crescimento urbano dessas cidades, que é orientado e controlado pelo setor imobiliário privado que, juntamente com o poder político, estabelece a segregação urbana dos trabalhadores (do campo e da cidade) como norma (VOLOCHKO, 2013, p. 32).

O capitalismo tem, como objetivo central, a acumulação de capital e, para que isso se concretize, é preciso explorar a força de trabalho, mas não acaba nisso, o sistema capitalista controla os meios de produção, o processo produtivo, a comercialização e a apropriação dos espaços. Ou seja, todo o círculo de produção e todas as forças controlam a dinâmica dos territórios, sendo eles rurais ou urbanos, uma realidade que se espalha em dimensões globais e por onde passam, deixam marcas enraizadas em desigualdades sociais, principalmente em países subdesenvolvidos.

Seguindo essa proposta de atuação do capital sobre o território brasileiro, de acordo com Alves (2012), com base em Elias Pequeno (2005), é importante frisar que “[...] a reestruturação da agropecuária não homogeneizou a produção ou os espaços agrícolas, nem tão pouco os espaços urbanos que crescem com esse processo” (ALVES, 2012, p. 15), uma vez que:

> O que ocorre em contraposição ao processo de globalização da produção e do consumo agropecuário é um intenso processo de fragmentação da produção e do espaço agrícola. Assim sendo, como recurso de método para compreensão da urbanização brasileira, do espaço agrário e das cidades do agronegócio, temos que considerar esta fragmentação, que torna cada vez mais diferenciados aos espaços agrícolas e as cidades do agronegócio (ELIAS PEQUENO, 2005, apud ALVES, 2012, p. 15).

A globalização está posta como um processo gerador de desigualdades por não atingir, de forma homogênea, os espaços. Quanto à valorização dos territórios pelo capital nos espaços das cidades, essas realidades não são diferentes e, de acordo com Carlos (2007a) a propriedade privada concretiza a apropriação do solo. No espaço da cidade, o mercado imobiliário passa a comandar o território, transformando a terra em mercadoria, onde o capital hegemônico controla as relações sociais (CARLOS, 2007a).

Entretanto, no entendimento de Santos (2006) as cidades locais que exercem o comando técnico, ligado à divisão territorial do trabalho e ao processo produtivo de cidades distantes, representam as cidades globais com posições avançadas de desenvolvimentos tecnológicos, uma vez que são hegemônicas no sistema urbano, controlam, ainda, todas relações de trabalho e se posicionam como centro de poder na hierarquia das cidades.

Para a análise da cidade e do campo, assim como o rural e o urbano, não se pode deixar de apontar o processo de urbanização na atualidade, que, de acordo com Marques (2002) está relacionado, em suma, ao processo de industrialização, uma vez que ele é responsável pelo “[...] surgimento de novas atividades econômicas para estruturar a circulação das mercadorias e para organizar e administrar todos os sistemas relacionados à atividade econômica” (MARQUES, 2002, p. 107).

O espaço urbano, desse modo, é determinado pelo processo de industrialização capitalista, onde toda estrutura econômica atende às exigências do mercado. Na verdade, os espaços estão ligados ao que o sistema capitalista determina segundo os interesses do mercado mundial. De acordo com Monte-Mór (2006) o processo de desenvolvimento do urbano ocorreu em todo o território brasileiro devido aos avanços tecnológicos advindos do processo de globalização a partir da Revolução Industrial.

Conforme os diversos autores consultados, entende-se que as mudanças ocorridas com a implantação do modelo capitalista de mercado passam a determinar o urbano, assim como os centros industriais comandam toda uma estrutura organizacional da sociedade; ou seja, um processo desigual, onde os direitos sociais só se aplicam aos centros do poder e as partes periféricas são excluídas. Essa reflexão não poderia deixar de ser exposta porque a centralidade do debate está no uso da terra no território e nas territorialidades. Para uma maior compreensão da

temática, segue-se com um raciocínio teórico de diversos autores sobre a relação campo/cidade.

De acordo com Carlos (2007b) a cidade e o campo, no território brasileiro, seguem o modelo da economia mundial, controlado pelas relações trabalhistas, onde a globalização e o modelo capitalista de produção dominam a dinâmica de todos os espaços. Traduz-se, em um sistema que usa o território, objetivando, primordialmente, o acúmulo de capital, onde as questões sociais são deixadas de lado e o que impera, nessa realidade, são os interesses econômicos, pois deve-se lucrar acima de tudo e de todos.

Referindo-se ao modelo capitalista de produção, Marques (2002) entende que o capitalismo, historicamente de forma massificadora, transforma todo e qualquer espaço. Essas transformações são condicionadas ao modelo globalizado de produção que carrega consigo a desigualdade por se centrar na exploração do trabalho e na sua maneira de manter, em primazia, uma hierarquia social, tendo a cidade como representação de sua atuação.

Deve-se considerar o campo e cidade, na atualidade, como espaços que interagem entre si, mas sem perderem suas especificidades. Quanto a essa realidade, Martins e Souza (2010) afirmam com robustez que “[...] o atual debate sobre a relação campo e cidade, sobretudo, para realidade brasileira se deve a um conjunto de atividades que passaram a ser desenvolvidas” (MARTINS; SOUZA, 2010, p. 39).

> Na cidade temos a materialização da produção de bens materiais ligados ao ciclo da terra com a agricultura urbana. Além das festas countries e outras manifestações culturais. No campo, tem-se arraigado as atividades ligadas ao lazer, à prestação de serviços e ao trabalho não propriamente agrícola (MARTINS; SOUZA, 2010, p. 39).

Nesse contexto, percebe-se que as realidades de campo e cidade trocam experiências; porém, a desvalorização da agricultura, em contraponto com sua exploração, tem deixado o sistema capitalista se sobressair, monopolizando riquezas, enquanto, a camada social desprestigiada doa o seu suor e o produtor rural perde sua evidência, no que tange à subsistência humana, seja no campo, seja na cidade, estes ficam à mercê das decisões dos grandes detentores de capital e de poder.

De acordo com Carneiro (1998) as relações humanas com o meio natural acontecem em ambos os espaços, sendo que o rural, em sua totalidade, não se desvincula do urbano, eles trocam experiências comercias e culturais, onde o rural

com a pluriatividade, garante a permanência de seus sujeitos no/do campo, em realidades diferentes, mas que se completam sem perderem suas identidades (CARNEIRO, 1998).

No espaço contemporâneo, Rodrigues (2014) aponta que “O debate atual sobre o rural brasileiro está centrado em dois aspetos: o seu tamanho e a sua natureza” (RODRIGUES, 2014, p. 437), pois:

> Quando se fala em tamanho do rural, pretende-se referir o tamanho da população rural. Ou seja, o número de pessoas que vivem nas áreas consideradas rurais. A menção à natureza do rural corresponde, por sua vez, às características socioeconómicas e culturais dos espaços rurais e dos seus habitantes (RODRIGUES, 2014, p. 437).

Rodrigues (2014), chama à atenção ao fato de que o rural e o urbano não podem ser entendidos apenas com referência à questão populacional e/ou administrativa, requer uma análise mais ampla, onde se considerem todos os aspectos empíricos que envolvam, com efeito, cada região e/ou localidade que, através das relações humanas com a natureza, construam suas identidades territoriais. Dessa forma, facilitaria uma compreensão mais aprofundada de sua totalidade.

Nessa mesma linha, Fajardo (2009) especifica que as particularidades entre campo e cidade sempre prevalecerão, embora esses espaços recebam as forças do capital, ambos se relacionam, mantendo, por sua vez, suas essências territoriais. Seguindo essa relação indissociável de trocas de experiências entre esses espaços, Fajardo (2009) afirma que:

> O acesso à estrutura de serviços é determinado pela condição socioeconômica e não espacial (urbana ou rural). Da mesma forma que o campo produz a imensa maioria dos alimentos que a cidade consome, a cidade fornece serviços que o campo consome (FAJARDO, 2009, p. 106).

Há, pois, uma situação de complementaridade entre campo e cidade, sendo essa relação necessária à existência de ambas as realidades. A respeito de toda essa discussão que perpassa as particularidades dos espaços analisados, na atualidade, as linhas de entendimento das temáticas são expostas por vários autores para dar fundamento às mudanças no campo e, consequentemente, no espaço rural, na construção de uma nova roupagem. Neste sentido Alentejano (2003) afirma que:

> [...] a diversidade é a marca fundamental desse novo rural, onde o capital avança sobre novas realidades (turismo rural, produção agroecológica), buscando apropriar-se delas, e a territorialização do desenvolvimento está diretamente vinculada à diversificação das formas de desenvolvimento rural (ALENTEJANO, 2003, p. 34).

O agricultor recebe as inovações do capital por diversas redes, no qual se constroem diferentes espacialidades. Além disso, "[...] cada tipo de agricultor desenvolve diferentes formas de articulação com o sistema social e econômico" (ALENTEJANO, 2003, p. 34). Ou seja, "[...] constrói diferentes espaços, por meio de redes que sobrepõem, mas não se confundem" (ALENTEJANO, 2003, p. 34).

Em relação à estruturação do rural, segundo Menezes-Neto (2017) há, no país, uma discussão ampla com várias vertentes a respeito da classificação das áreas rurais. Conforme Menezes-Neto (2017), nos municípios, o que corresponde ao urbano está localizado nas cidades e em seus distritos, os restantes são denominados de rurais.

Baseados pelos estudos de Veiga, Menezes-Neto (2017) expõe críticas às formas de classificação das áreas rurais e urbanas, havendo uma compreensão distorcida da realidade territorial do país, fazendo com que as ações políticas de investimentos sejam estabelecidas de maneira desigual, contribuindo ainda mais às desigualdades sociais brasileiras. Enfatizando essa realidade, em que a economia global determina a dinâmica dos lugares, de acordo com Menezes-Neto (2017):

> [...] a expectativa de que a modernização da agricultura garantiria a modernização rural não se confirma, principalmente ao constatar-se que as transformações ocorridas, em muitos casos, agravaram as condições de vida das populações mais fragilizadas do campo (MENEZES-NETO, 2017, p. 18).

Sobretudo, verifica-se no país, um modelo de desenvolvimento agropecuário extremamente concentrado em um sistema agroexportador baseado na monocultura e uma agricultura familiar camponesa que garanta a soberania alimentar, recebendo poucos investimentos. Temos, aqui, duas modalidades de agricultor, o agricultor do agronegócio capitalista e o agricultor familiar camponês que é pressionado a atender os interesses do mercado mundial com apoio do Estado. É preciso combater essas injustiças e, para que isso aconteça, de acordo com Menezes-Neto (2017):

> [...] é necessário convencer os gestores públicos a promoverem mudanças que corrijam essas distorções, para encaminhar o país na busca da rota do desenvolvimento sustentável, combinando estabilidade econômica com

> redução das desigualdades, inclusão social e preservação do meio ambiente (MENEZES-NETO, 2017, p. 19).

Assim, tem-se um modelo voltado à justiça social e compromisso com o desenvolvimento sustentável e a preservação de nossas riquezas naturais. Silva (2001) aponta que a nova realidade do espaço rural, com base nos debates científicos, demonstra que as atividades não agrícolas fazem parte da geração de renda no campo, juntamente com a demanda agrícola. Nesse cenário, encontra-se a pluriatividade das famílias na qual, através de atividades fora da realidade agrícola, conseguem complementar sua renda e manter sua permanência no campo. Com outras atividades, fora do âmbito agrícola, os sujeitos dessa realidade geram rendas que os fazem permanecerem no espaço rural e para retratar esse momento, segundo Silva (2001):

> As estatísticas mais recentes do Brasil rural revelam um paradoxo que interessa a toda sociedade: o emprego de natureza agrícola definha em praticamente todo o país, mas a população residente no campo voltou a crescer; ou pelo menos parou de cair. Esses sinais trocados sugerem que a dinâmica agrícola, embora fundamental, já não determina sozinha os rumos da demografia no campo (SILVA, 2001, p. 40).

Configurações essas que ultrapassam as esferas das atividades agrícolas quando se identifica o espaço rural pós-moderno. Toda essa contextualização está intimamente ligada a um sistema único de atuação global que é o sistema capitalista de produção e, não esquecendo, ainda, a questão do emprego da tecnologia nesses espaços.

Santos (2006) diz que os avanços das técnicas tornaram, tanto o campo, quanto a cidade, receptores de todas essas inovações. Ainda, conforme o autor, a agricultura se moderniza para atender ao mercado consumidor direcionado às cidades, bem como a divisão interurbana do trabalho e a especialização da mão de obra, se reduz os custos na produção, ou seja, essas relações de exploração fortalecem estruturalmente as cidades.

Quanto à globalização e as transformações dos espaços decorrentes da implantação do sistema capitalista de produção, Santos (2006) afirma que “Esse mundo da técnica invasora é também o mundo do capital tecnológico invasor que busca, e consegue, contagiar as diversas tarefas rurais” (SANTOS, 2006, p. 207). Desse modo, é assim que se expande no campo:

> [...] o domínio desse capital hegemônico com as suas exigências de racionalidade, impondo novos usos e novas definições do tempo social. Juntos, as novas técnicas e o novo capital, deixam de ser, como no passado, exclusivamente de um domínio particular de atividade e se espalham por todo corpo social, tornando-se os verdadeiros regedores do tempo social (SANTOS, 2006, p. 207).

O capital e o modelo de produção globalizado, massificam os lugares, impondo uma dinâmica de atuação à manutenção de sua hegemonia no mercado consumidor. As tecnologias simbolizam a modernidade que atingem ambas as realidades. Essa dialética é vista como uma forma de ligação entre esses espaços que se relacionam sem um prevalecer sobre outro. Nesse sentido, Alentejano (2003) coloca que na relação campo/cidade, o rural recebe as inovações que estão fixadas no urbano, mas essas novidades são expostas nas duas realidades.

Alentejano (2003) expõe, ainda, que quando o rural recebe essas inovações, não significa que ele se tornou urbano, seria na verdade, um encontro de realidades a partir da globalização que configura todos os espaços pelas forças do capital. Como os dois se interrelacionam, conclui-se que há vários urbanos e vários rurais, justamente por estarem em constante movimento e transformação (ALENTEJANO, 2003).

O sistema capitalista de produção é quem determina a dinâmica dos lugares, interferindo diretamente nos processos de transformação dos territórios. Nesse sentido, para Carlos (2007b) “[...] o capitalismo, o estado e o espaço mundializam-se, pois o mercado mundial permite a convergência dos fluxos de informação e de mercadorias” (CARLOS, 2007b, p. 32) e, com isso:

> O capitalismo constitui-se em totalidade contornando, destruindo, e absorvendo obstáculos, destruindo fronteiras. No processo de globalização o lugar ganha um novo conteúdo, produz-se uma hierarquia diferencial dos lugares que aparece sob a forma de uma competição entre lugares pelo investimento (CARLOS, 2007b, p. 32).

O capitalismo é um sistema que se sustenta, com ênfase, na divisão de classes, onde as ações são determinadas em função das exigências do mercado global. Em um contexto geral, o espaço geográfico e suas alterações, no decorrer dos tempos, são condicionados ao sistema capitalista de produção que atende aos interesses do mercado globalizado.

É por intermédio do capitalismo e sua maneira de atuar que as relações humanas estão condicionadas e determinadas pelo mercado global. Nessa

perspectiva, Santos (2006) define que os espaços são condicionados a todas as ações do capitalismo que controlam a economia, quais sejam: a política, a cultura e demais setores, sempre seguindo a exigência do mercado mundial. Portanto, para o autor o meio técnico-científico-informacional é o símbolo da globalização.

A reflexão de vários autores a respeito da imbricação do urbano no campo e do rural na cidade, demonstra que são realidades que se completam, não se pode, separadamente, definir ambas. Nesse sentido, de acordo com Martins e Souza (2010) "[...] em síntese, cumpre ressaltar que o rural tecnificado e capitalista, possui relações urbanas, mas que esse coexiste com outro, de trabalho solidário, familiar e coletivo, persistente e rural em sua essência" (MARTINS e SOUZA, 2010, p. 49). Seria o rural pensado a partir de duas realidades, uma tecnificada de caráter urbano e a outra de trabalho solidário familiar camponês, essa sendo, inclusive, essencialmente rural.

Sobre esse debate científico, destacando essas realidades, podemos definir esse momento nos dizeres de Marques (2002) ao afirmar que "[...] de uma maneira geral, as definições elaboradas sobre o campo e a cidade podem ser relacionadas a duas grandes abordagens: a dicotômica e a de *continuum*" (MARQUES, 2002, p. 100). Marques (2002), complementa, ainda, que:

> Na primeira, o campo é pensado como meio social distinto que se opõe à cidade. Ou seja, a ênfase recai sobre as diferenças existentes entre estes espaços. Na segunda, defende-se que o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo, também, o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana (MARQUES, 2002, p. 100).

Os avanços tecnológicos, com o advento dos processos de globalização, fazem com que o espaço urbano se expanda rapidamente, atingindo todo um engendramento de sociedade. Assim, encontra-se uma nova configuração dos espaços em destaque. Segundo Rua (2005), as "urbanidades no rural", seriam características do urbano que se adentram ao meio rural, sem que ele perca a sua essência de rural. O rural se modernizou ao mesmo tempo em que o urbano recebeu, também, essa modernização. Ambos foram condicionados pelas forças capitalistas de mercado, mas cada um se territorializa mantendo suas particularidades.

Explica-se aqui, que a interação em todos os sentidos dessas realidades, são espaços que se completam, recebendo as mesmas forças tecnológicas, o que os diferencia é a desigualdade no tocante ao Estado que atende aos interesses do mercado globalizado, privilegiando as grandes corporações e as elites brasileiras em

ambos os espaços citados (RUA, 2005). Há um processo de desenvolvimento que ocorre de maneira desigual, pelo qual somente um modelo recebe maiores investimentos. Sobre essa diferença, apoiado em Rua (2005), pode-se dizer que a política rural para exportação está ligada à produção, sendo que, a agricultura de exportação vem sendo mais favorecida.

Já a agricultura de mercado interno, que se entende como de subsistência, atrelada ao comércio do excedente, são representados por pequenos proprietários (RUA, 2005). Estes, pois, ainda conforme o autor, são considerados incapazes de acompanharem os avanços tecnológicos e sociais do sistema de produção. Esse contexto permite a discussão de como a cidade e o campo se apresentam na contemporaneidade. Nesse sentido, os pesquisadores Martins e Souza (2010), definem que os "[...] estudos dicotômicos privilegiavam as determinações que evidenciam a cisão entre as duas realidades, não se preocupando com as possíveis interferências que um espaço poderia exercer sobre o outro" (MARTINS e SOUZA, 2010, p. 40). Desse modo, os mesmos autores nos ensinam, ainda, que:

> [...] os isolamentos dos espaços eliminam não somente os contextos, mas também as singularidades que envolvem a experiência em cada espaço. Assim, ao reduzir os espaços em duas polarizações que se opõem naturalmente pelos fatos da vivência social reduz o conhecimento da realidade a meras adições e subtrações das características fundamentais (MARTINS e SOUZA, 2010, p. 40).

Com isso, "[...] as interações entre as temporalidades e dinâmicas sociais são atrofiadas e os espaços perdem as articulações de solidariedades" (MARTINS; SOUZA, 2010, p. 40). Esses espaços, quando colocados em separado para suas definições, tornam-se difíceis de serem compreendidos, uma vez que hoje a interação *de* e *entre* ambos é intensa.

No que se refere ao uso da terra, entre campo e cidade, Alentejano (2003) diz que há uma relação de desenvolvimento de atividades dos tipos, pré-capitalistas, assalariadas, familiares, dentre outras que recebem maior ou menor aparato tecnológico. Temos, assim, a terra sendo territorializada que dá forma a todas as relações estabelecidas no espaço, sendo ela, no campo, a mais utilizada em sua totalidade do que na cidade onde seu espaço é reduzido. Para Alves e Vale (2013) "[...] o que vai diferenciar o urbano do rural é a intensidade da territorialidade, pois o primeiro representa relações mais globais, mais deslocadas do território, enquanto o

rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa” (ALVES e VALE, 2013, p. 38).

No urbano, a relação é voltada à realidade de vários territórios, então, a ligação com o território e suas territorialidades não aparecem tanto, sendo que no campo o vínculo com o território é maior, as territorialidades são mais perceptíveis. Para descrever essa troca de experiências entre esses espaços, na atualidade, Ferreira (2018) aponta que:

> Essa relação entre cidade-campo, assim como seu par dialético rural-urbano, pode ser compreendida através da multidimensionalidade desses espaços, das formas de trabalho, da relação com a natureza, do modo de vida das pessoas, entre outros, que podem ser analisados a partir das diferenças e das continuidades (FERREIRA, 2018, p. 150).

Ou seja, cada espaço possui suas especificidades, mas para analisar suas relações, em sua totalidade, não se pode desvincular um do outro, uma vez que ambos interdependem. Do ponto de vista de Ferreira (2018), a configuração territorial dos municípios brasileiros é condicionada pelas forças capitalistas do mundo globalizado. Essas forças, aplicadas aos territórios na questão de investimentos de formas desiguais, promovem o estabelecimento de realidades de extremas desigualdades sociais espalhadas pelo país.

Discutindo, com efeito, a relação campo e cidade, Wanderley (2013) aponta, de forma mais particular, que “[...] a categoria “rural” carrega em si a diversidade das próprias relações entre os espaços rurais e urbanos – e entre as populações do campo e das cidades – tais como se modificam histórica e socialmente, no tempo e no espaço” (WANDERLEY, 2013, p. 131).

Hoje, o espaço rural não se baseia somente em locais de atividades agropecuárias, sobretudo por espaço onde se desenvolvem outras atividades geradoras de renda, tais como o turismo, por exemplo. Nessa relação, não se pode pensar em um espaço sem interrelações, mas em um espaço diverso histórico-socialmente constituído por tempo e espaço.

Segundo Menezes (2009), em sua égide, a lógica do capital se apropria do território, controlando as forças de trabalho através do salário e da circulação das mercadorias, os seus tentáculos estão direcionados para todos os lados, nas relações capitalistas de produção e nas não capitalistas que ficam expostas ao poder dominante do capital e o seu poder no mercado mundial (MENEZES, 2009).

Campo e cidade seguem essa dominação puramente capitalista, controladora dos meios de produção das forças produtivas, concretizando essa forma de dominação no atual mercado consumidor. Reconhecendo, pois, que ao longo dos anos as alterações nos espaços foram condicionadas pelas tecnologias oriundas do processo de globalização, o campo passa a receber uma nova configuração.

De acordo com Matos e Medeiros (2011), no que se referem às novas formas de abordagem de desenvolvimento territorial rural, essas baseiam-se no "[...] fato do rural não estar mais associado à atividade agrícola, estando agora associado à natureza, fator este que permite a valorização da cultura e da natureza" (MATOS e MEDEIROS, 2011, p. 09). Os autores consideram, ainda, que nos últimos tempos:

> [...] as áreas rurais vêm mostrando uma nova dinâmica, que para além de atingir um nível de paridade de desenvolvimento social, elas vêm associadas à várias atividades que antes eram de domínio urbano. A procura por um ambiente natural e com características tradicionais, que parecem estar a escassear em face da invasão da sociedade urbano-industrial, vêm dar uma nova oportunidade de desenvolvimento territorial daqueles espaços rurais marginalizados pela modernização seletiva, que caracterizou e caracteriza a história do homem (MATOS e MEDEIROS, 2011, p. 09).

O rural tem suas características enraizadas em suas relações com o urbano alterando historicamente a vida social no tempo e no espaço. Contribuindo com esse debate, Vieira (2015), com relação ao rural, na atualidade, expõe que a modernização da agricultura trouxe mudanças ao campo.

A produção agropecuária, que antes era tradicional e voltada para o próprio consumo, com uma relação de pertencimento mais intensa com o território passa, na contemporaneidade, a se configurar de acordo com o interesse empresarial, nos quais o empresário não pertence ao meio de exploração. O empresário utiliza somente o território, sendo ele urbano ou rural para acúmulo de capital. Essas pressões acontecem, mas as resistências a essa massificação estão presentes no modo de vida do agricultor familiar camponês que se opõe a essa dominação cruel e desigual. Quanto ao interesse do capital sobre o território como fonte imensurável de produção de capital, de acordo com Vieira (2015):

> A agropecuária, tida como um meio de desenvolvimento sustentável gera interesse pelo espaço, que deixou de ser visto como o lugar do atraso, passando a ser concebido em uma perspectiva de expansão, através da modernização da produção agrícola e pecuarista (VIEIRA, 2015, p. 304).

Nessa visão, o território passa a ser utilizado como fonte de geração de riqueza, sendo o capital o principal controlador desse espaço na era da modernidade. Como a pesquisa em tela está pautada na relação campo e cidade, exemplificado com assentamentos rurais, onde se evidencia a forte relação com o território; e, partindo do entendimento de que os estudos geográficos têm, como objeto, o espaço resultante da relação homem/natureza, compreende-se que se faz de grande relevância a conceituação do espaço e do território.

Segundo Santos (2006, p. 39) "[...] o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá". Em sua análise, do ponto de vista da Geografia, objetos e ações e o espaço são transformados no decorrer do processo histórico (SANTOS, 2006).

Para Saquet (2009) o espaço é "[...] uma realidade relacional, envolvendo a natureza e a sociedade mediadas pelo trabalho (energia), técnicas, tecnologias e, evidentemente, pelo conhecimento" (SAQUET, 2009, p. 77). Sendo assim, pode-se compreender que o espaço se traduz na relação possível entre sociedade e natureza, condicionada, em suma, pelas relações de produção.

Moraes (1999) aponta que o espaço seria uma complementação do ser, onde tudo existiria devido à interferência humana que altera esse espaço. Sem a ação humana, o espaço perde o sentido de sua existência. Assim, em conformidade com Saquet (2009), Santos (2006) e Moraes (1999), compreende-se, nesta pesquisa, que o espaço é entendido como aquele lugar em que ocorrem as relações entre o homem e natureza, cujas relações são intermediadas pela circulação, engendramento e acúmulo de capital.

No que tange à categoria território, tem-se, nos estudos em Geografia, várias interpretações, uma delas é a de Santos e Silveira (2006) que postulam, que o território em si, se está se considerando o espaço como tema das ciências sociais, não se configura como categoria de análise, mas quando se considera território utilizado, ele se torna uma categoria de análise da Geografia, pois com a ação humana o território torna-se um espaço vivido em constante movimento e transformação.

Para Santos e Silveira (2006), o território é condicionado e caracterizado pelo modelo capitalista de produção, no qual o processo de globalização e as tecnologias modernas não atingem a todos de forma igualitária. O capital comanda esse espaço, deixando claro que nesse processo só existem dois lados: um é o dos detentores dos

meios de produção e outro se concentra onde estão os trabalhadores explorados que sustentam toda essa realidade. Santos e Silveira (2006), expõem, ainda, que:

> O território é a arena da oposição entre o – mercado – que singulariza – com as técnicas da produção, a organização da produção, a "geografia da produção" e a sociedade civil – que generaliza – e desse modo, envolve, sem distinção, todas as pessoas (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 175- grifos dos autores).

O território, pensado desse modo, é o espaço onde o capital atua, tanto sobre os meios de produção, quanto sobre o comportamento da sociedade em geral (SANTOS e SILVEIRA, 2006). De acordo com Wanderley (2013):

> O território é também percebido como um espaço de vida de uma sociedade local, que tem uma história, uma dinâmica social interna e redes de integração com o conjunto da sociedade na qual está inserida. Trata-se, neste caso, de perceber o território como a inscrição espacial da memória coletiva e como uma referência identitária forte (WANDERLEY, 2013, p. 117).

O território, nessa perspectiva, é colocado como local de vivência, um produto construído de forma coletiva de valores culturais que são frutos de territorialidades específicas (WANDERLEY, 2013). Para Haesbaert e Limonad (2007, p. 49) "O território é material, uma vez que é resultante de ações políticas e econômicas, com dimensão concreta e se materializa no espaço; é imaterial porque nele se identifica os valores culturais e simbólicos de determinado grupo social".

É, nesse contexto de território material em que se verifica as ações dos sujeitos e sua relação de apropriação do espaço, que esta pesquisa foi pautada, utilizando os assentamentos rurais como objetos de estudo e as relações de seus sujeitos com a cidade e a contribuição desses espaços para redução dos problemas socioeconômicos da cidade de São José dos Quatro Marcos-MT.

3 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida, fundamentou-se no Materialismo Histórico e Dialético, detendo-se aos processos históricos e espaciais, os quais possibilitaram as relações entre campo e cidade, trazendo luz às contradições envolvidas nessa relação. Desse modo, Konder (1998) ensina que “O método dialético nos incita a revermos o passado à luz do que está acontecendo no presente; ele questiona o presente em nome do futuro, o que está sendo em nome do que “ainda não é” (KONDER, 1998, p. 84).

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se a categoria território, por tratar de dois espaços, o urbano e o rural, mas com ênfase nos territórios dos assentamentos e a sua relação com a cidade. Nesse sentido, adotou-se o conceito de Santos (1988) ao afirmar que “O espaço é o resultado da soma e síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade” (SANTOS, 1988, p. 73). Ou seja, as transformações no espaço, dão-se em virtude das ações dos seres humanos, enquanto sociedade, nas paisagens.

A pesquisa é voltada para os territórios rurais e urbanos, com destaque aos territórios dos assentamentos rurais e, que segundo Haesbaert e Limonad (2007) o território é dotado de uma construção histórica e social, com relações de poder concreto ou simbólico, envolvendo as sociedades e o espaço geográfico com a natureza. Ainda conforme o autor, o território relaciona-se ao poder, caracterizado em relações concretas e simbólicas na natureza pelas ações humanas.

Em concordância com o método selecionado, a pesquisa foi encaminhada, seguindo os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo e aplicação de entrevista. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2002) é aquela realizada em livros e artigos científicos e que fortalecem as bases teóricas, às quais norteiam o desenvolvimento da pesquisa. Sendo assim, ela foi utilizada para o levantamento dos conceitos geográficos e para fundamentar as análises empreendidas, bem como, à busca do que já tem sido pesquisado a respeito da temática.

A pesquisa documental, conforme Gil (2002) é muito parecida com a bibliográfica, entretanto a diferença está nas fontes utilizadas. Na documental, as fontes são mais diversificadas e dispersas. Os documentos podem ser de primeira mão, mas que não receberam tratamento analítico, tais como os arquivos de órgãos

públicos, igrejas, instituições, dentre outros; ou de segunda mão e que já foram analisados, tais como relatórios de pesquisa, de empresa, etc.

Essa técnica de pesquisa, foi utilizada para o levantamento feito na Secretaria Municipal de Agricultura de informações dos assentamentos, tais como densidade demográfica e de programas, os quais se implantaram na atualidade. Além disso, levantou-se dados sobre a economia local em documentos, junto à Secretaria de Agricultura do município de São José dos Quatro Marcos-MT.

A pesquisa de campo é um procedimento que contribui ao estudo da sociedade e seus diversos comportamentos, reunindo variadas informações a respeito de seus indivíduos. Nesse contexto, ela foi utilizada para os registros fotográficos dos assentamentos rurais, bem como, à realização das entrevistas com os assentados e representante da Secretaria Municipal de Agricultura.

A entrevista, segundo Lakatos e Marconi (2003):

> [...] é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 195).

A entrevista, é o meio de investigação em que o pesquisador, de forma profissional, coleta todos os dados e as informações necessárias à realização de sua pesquisa. A entrevista feita, neste trabalho, foi de caráter semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas. Sendo assim, proporcionou maior flexibilidade, tanto aos entrevistados, quanto ao entrevistador. Desse modo, realizou-se entrevista com um representante da Secretaria Municipal de Agricultura da cidade, com vistas a obter informações sobre incentivos e políticas públicas, que na atualidade estavam sendo aplicadas aos assentamentos.

A entrevista com os assentados iniciou-se no Assentamento Santa Rosa, seguindo um roteiro pré-construído, com questões abertas e fechadas, sendo aplicada em sua totalidade em 14 propriedades. Ou seja, cada entrevista representa uma família e, dessa forma, atingimos 50% do total, que são 28 famílias, no período de janeiro a março de 2020, sendo possível ser realizada presencial essa etapa da pesquisa, por ser antes da pandemia.

No Assentamento Florestan Fernandes, segundo objeto deste estudo, foi feito um primeiro contato com alguns proprietários em dezembro de 2019, quando se

realizou o registro de algumas técnicas de cultivo e da produção, além de obter algumas informações informais, por meio de conversas.

A entrevista estava inicialmente pensada a ser realizada a partir de maio de 2020. Porém, com a pandemia do Novo Coronavírus (*Sars-Cov2*), não foi possível continuar com o trabalho de campo no assentamento. Consequentemente não se realizou as entrevistas. Por isso, recorreu-se a uma das lideranças do assentamento, por meio contato feito pelo *whatsapp,* para que pudesse ser possível ter uma visão geral do mesmo.

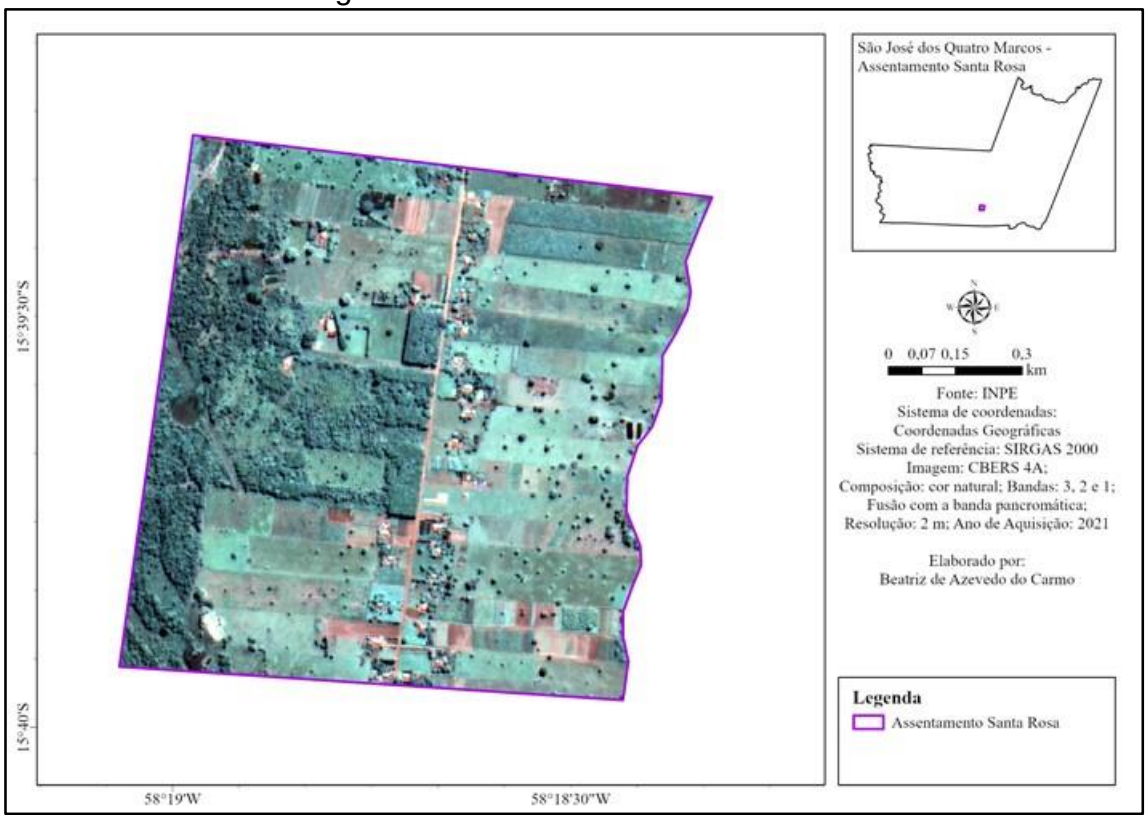
Vale lembrar, ainda, que no município de São José dos Quatro Marcos existem 8 assentamentos: Assentamento Figueirinha, Assentamento Alvorada, Assentamento Santa Rosa, Assentamento Duas Meninas, Assentamento São Benedito, dos quais são representados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), Além dos do INCRA; quais sejam: Assentamento Florestan Fernandes, Assentamento Santa Rosa I e Assentamento Roseli Nunes, representando a realidade fundiária do município quando se fala de assentamentos rurais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Aspectos socioeconômicos e produtivos do Assentamento Santa Rosa

O Assentamento Santa Rosa (Figura 2), localiza-se a 15km do perímetro urbano do município de São José dos Quatro Marcos/MT. Somente no ano 2007 que suas terras foram divididas e distribuídas por meio da aquisição pelo Crédito Fundiário em uma área de 56 alqueires com 2 alqueires cada lote, todos disponíveis, com condições favoráveis ao desenvolvimento de atividades agropecuárias, às quais estão demonstradas no decorrer desta pesquisa.

Figura 2 – Assentamento Santa Rosa



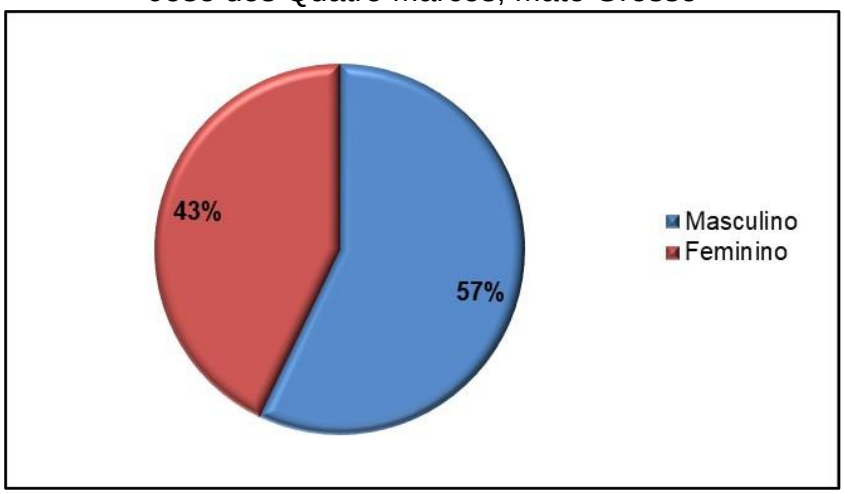
Fonte: Organizado pelo autor (2021).

Segundo Girardi e Fernandes (2008), os assentamentos são resultados de lutas centradas na conquista de um pedaço de terra, qualidade de vida e direito de produzir, se livrando da massificação do capital, um modelo produtivo, coletivo e solidário.

Por meio das entrevistas realizadas no Assentamento Santa Rosa, em 14 propriedades foi possível chegar a resultados importantes que serão expostos a partir de agora. Quando indagou-se quantos sujeitos residiam nas propriedades, obteve-se

um total de 41 pessoas nas 14 propriedades. Quanto ao gênero dos proprietários o resultado foi significativo quanto ao número de mulheres proprietárias, nessa realidade apresenta seis (6) contra oito (8) em relação aos homens como pode ser observado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Gênero do titular da propriedade (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso



Fonte: Pesquisa direta realizada em março de 2020.

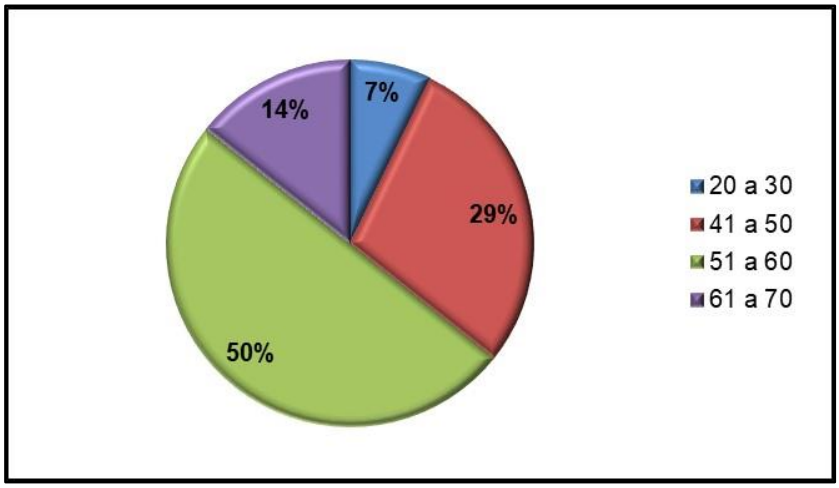
Ao observar o gráfico 1, nota-se um equilíbrio entre o número de homens e mulheres. Ao observar a relação do número verificado entre homens e mulheres no assentamento e uma participação significativa das mulheres na cadeia produtiva e na titularidade das propriedades, demonstra que através de muitas lutas as mulheres vêm obtendo muitas conquistas ao longo dos anos.

Foi um dado verificável, nesse contexto dos assentamentos, a importância das mulheres ao ser identificada a existência de um grupo de mulheres que representa internamente o assentamento na questão de produção, comercialização e benfeitorias para o desenvolvimento das atividades produtivas. Isso demonstra nessa realidade a força coletiva entre elas para estarem inseridas em todas as tomadas de decisões em assuntos direcionados aos bens e serviços voltados aos espaços territoriais a qual fazem parte.

O grupo das mulheres utiliza o recurso de *internet* para agendar e realizar reuniões, bem como divulgar quaisquer outros eventos que venham a ocorrer no âmbito de seu território, demonstrando um efetivo uso e acesso a esse recurso tecnológico para melhor se comunicar, sabendo que essa realidade não se aplica a todas as áreas rurais do país.

Dando sequência às entrevistas, quanto à faixa etária dos proprietários, apresenta-se, no gráfico 2:

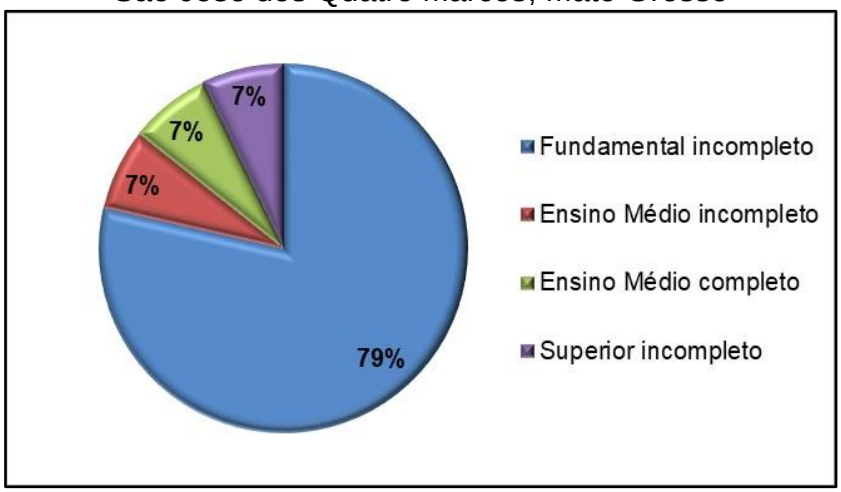
Gráfico 2 – Faixa etária dos proprietários (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso



Fonte: Pesquisa direta realizada em março de 2020.

As informações contidas no gráfico 2, representam uma realidade em que as pessoas de maior idade prevalecem sobre as demais. Há uma concentração maior entre os proprietários na faixa etária dos 51 aos 60 anos, representando 50% do total, 29% dos assentados encontram-se entre 41 e 50 anos, seguido pelos que possuem idade ente 20 e 30 anos que perfazem os 14% e; por fim tem-se os 7% que estão entre 61 e 70 anos. Ressalta-se que esses dados são relacionados aos proprietários dos lotes do assentamento, dentre homens e mulheres. Em relação ao grau de escolaridade, observa-se no gráfico 3:

Gráfico 3 – Grau de escolaridade dos proprietários (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso



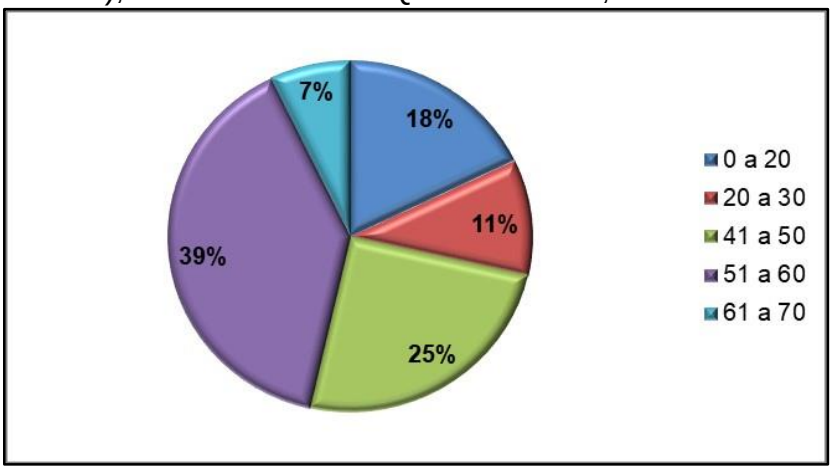
Fonte: Pesquisa direta realizada em março de 2020.

Dos 14 proprietários entrevistados 11 tinham o Ensino Fundamental incompleto, um (1) Ensino Médio incompleto e um (1) Ensino Superior incompleto, é importante ressaltar que todos frequentaram a escola, embora em graus de estudos diferentes. Porém, mesmo assim, as entrevistas ocorreram de forma tranquila e com bom entendimento por parte dos proprietários. Tal dado mostra que os proprietários passaram por uma escolarização, mesmo sendo de forma incompleta.

No que diz respeito aos membros da família que residem nas propriedades, foram apresentadas e descritas da seguinte forma: cinco (5) propriedades com três membros, cinco (5) com dois membros, duas (2) com um membro e duas (2) com cinco membros. Observa-se que apenas em duas propriedades obteve-se um maior número de membros, chegando a cinco, todos da mesma família.

No que se refere à faixa etária dos que residem nas propriedades, as informações levantadas podem ser visualizadas no gráfico 4.

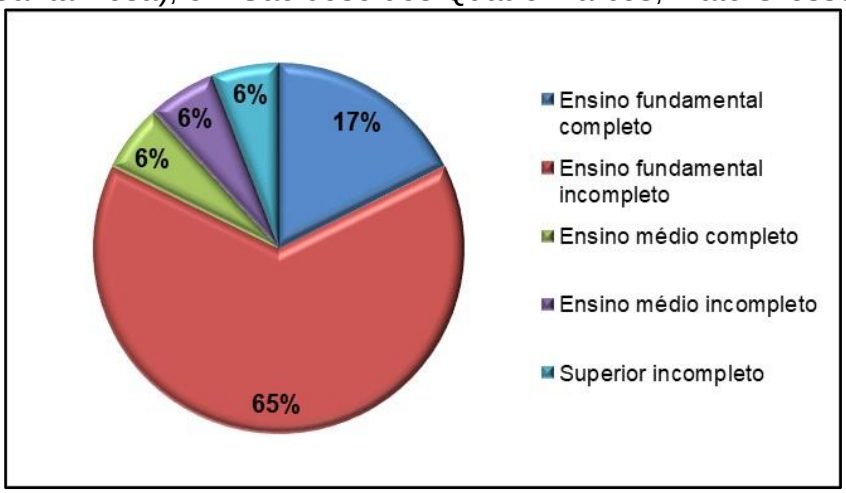
Gráfico 4 – Faixa etária dos que residem na propriedade (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso



Fonte: Pesquisa direta realizada em março de 2020.

Os membros residentes nas propriedades concentram-se na faixa etária dos 51 aos 70. Quanto à escolaridade dos que residem nas propriedades está expressa no gráfico 5.

Gráfico 5 – Grau de escolaridade dos que residem na propriedade (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso



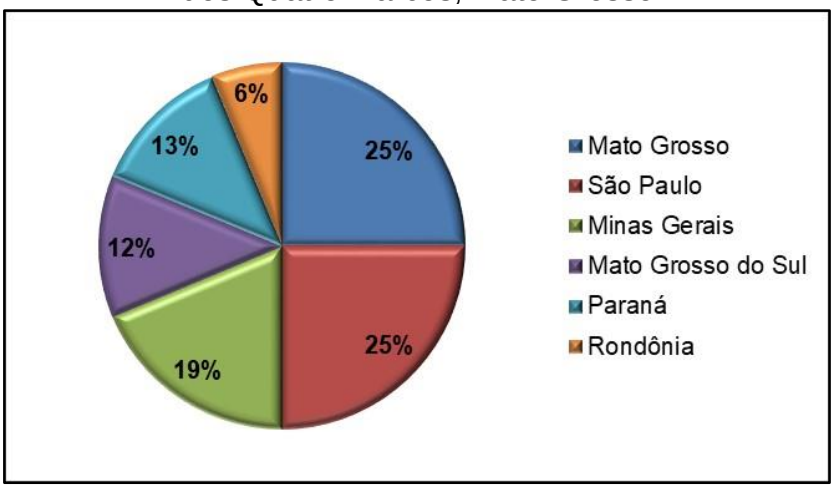
Fonte: Pesquisa direta realizada em março de 2020.

Destaca-se que dentre os sujeitos residentes no assentamento, encontram-se em maior porcentagem aqueles que possuem o Ensino Fundamental incompleto. Os que possuem Ensino Médio incompleto, Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto, são em menor número, ambos perfazendo um total de 6% do número de residentes nas propriedades. Foi questionado, junto aos proprietários, se os filhos pretendem dar continuidade na atividade agrícola, e apenas em cinco propriedades

os filhos disseram que no futuro participarão diretamente das atividades produtivas da propriedade.

Em se tratando da naturalidade dos sujeitos, considerando os seus estados de origem, obteve-se as informações apresentas no gráfico 6 abaixo. Quanto a essa realidade, dos locais de origem, conforme pôde ser observado no gráfico, 25% dos entrevistados vieram de São Paulo e do próprio estado, Mato Grosso, perfazendo um total de 25% para cada um desses estados. Em menor número, são aqueles oriundos de Rondônia. É possível inferir, segundo a informação levantada sobre os Estados de origem, que há uma riqueza de traços culturais enraizados na maioria desses sujeitos, predominando as culturas paulistas, mineiras e do próprio estado, mas também outras culturas como as de Mato Grosso do Sul, Paraná e Rondônia.

Gráfico 6 – Naturalidade dos assentados (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso



Fonte: Pesquisa direta realizada em março de 2020.

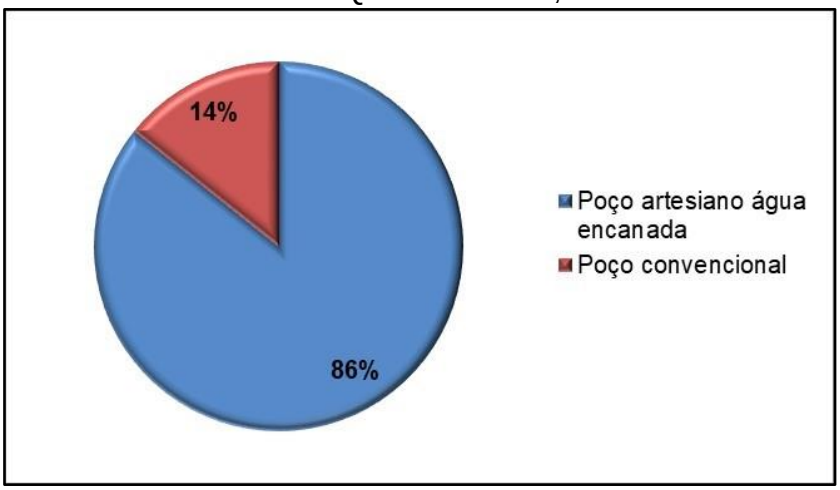
De acordo com um representante do assentamento, quanto a origem dos sujeitos o mesmo nos relatou que cerca de 70% são de origens rurais e 30% urbanas, demonstrando que predominam os traços culturais dotados de características voltadas para o campo. No que se refere à análise da coleta de lixo, na propriedade, todos os entrevistados responderam que os resíduos sólidos são queimados e/ou enterrados nas próprias propriedades.

Essa situação encontrada no assentamento é preocupante, pois verifica-se a necessidade de sensibilizar os proprietários a respeito dos danos que essa prática pode trazer ao ambiente e aos próprios moradores. Outra questão é a necessidade

de que haja reinvindicação junto à prefeitura de coleta do lixo, especialmente porque o assentamento não é tão distante do núcleo urbano (15km).

Quanto ao acesso à água para o consumo doméstico, os entrevistados responderam que utilizam poço artesiano, que o processo de retirada de água ocorre quando as águas fluem naturalmente no solo em aquíferos sem a necessidade de bombeamento da água para superfície. O poço convencional é um sistema de captação de água que necessita de bombeamento para chegar à superfície. As respostas para esta questão estão apresentadas no gráfico 7.

Gráfico 7 – Acesso a água para consumo doméstico (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso



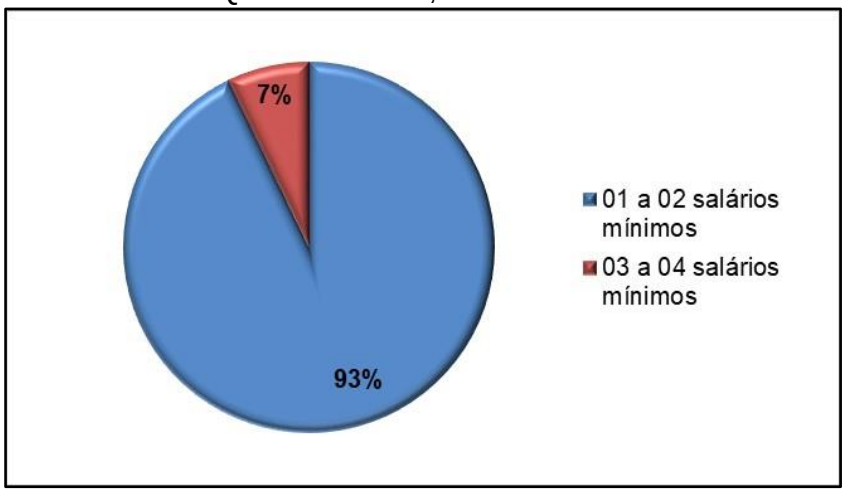
Fonte: Pesquisa direta realizada em março de 2020.

O processo de aquisição da água vem dos poços artesianos, por meio de canalização para chegar até às residências das famílias. Conforme explicado pelos entrevistados, foi com esforço de todos e do poder público local que foi possível realizar a canalização. As propriedades que não possuem acesso à água encanada, optaram por fazer uso do poço convencional. Para proceder a canalização da água do poço artesiano, os assentados se organizaram para a realização de vários eventos com o objetivo de adquirirem recursos para tal fim, provando que os processos se resolvem com solidariedade e organização coletiva da comunidade.

Partindo para mais umas das variantes analisadas, apresenta-se os aspectos econômicos das propriedades, começando pela renda familiar mensal, demonstrada no gráfico 8 abaixo. A maioria dos proprietários possui renda familiar mensal de até dois salários mínimos. Conforme se identificou pelas entrevistas a renda de minoria dos assentados é fruto do trabalho familiar coletivo. De acordo com Oliveira (2007) o

capitalismo é fruto de um processo contraditório de uma reprodução elevada do capital, pois um modelo que controla todas as etapas exigidas pelo mercado, trocando mercadorias por capital e capital por mercadorias, mostrando-se um modelo baseado na exploração de classes como sustentação. A realidade observada se apresenta como uma função social nítida, onde os assentados têm moradia própria, produz seus próprios alimentos e trabalham em suas próprias terras.

Gráfico 8 – Renda familiar mensal (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso



Fonte: Pesquisa direta realizada em março de 2020.

Dando sequência ao procedimento de coleta de dados com os assentados, com relação ainda a renda familiar mensal, questionou-se aos proprietários se a renda familiar era oriunda somente da produção agrícola. Encontra-se, aqui, uma realidade em que os assentados tem que trabalhar fora de sua propriedade, buscando uma outra fonte de renda à sustentação da família.

Dando sustentação teórica a essa situação, de acordo com Fontoura (2020) a proximidade do agricultor com a cidade facilita para que ele possa desenvolver outro tipo de atividade, buscando, manter-se no campo por meio de uma renda extra. Assim, a sua condição espacial é o principal fator para que esse processo ocorra onde o produtor possa trabalhar fora e investir dentro de sua propriedade no campo.

Quando não há essa proximidade, tal processo não acontece, devido à distância entre campo e cidade, o agricultor nessas condições, só consegue produzir para o seu próprio consumo ou trabalhar nas fazendas próximas ao assentamento. No tocante à utilização de financiamento do governo todos adquiriram suas terras junto ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Essa informação vai ao

encontro do que afirmam Paiva e Barreto-Filho (2019. 2019, p. 19) “[...] as diretrizes do Programa indicam que a partir do acesso à terra, também devem ser contempladas ações para a mitigação da pobreza rural e melhoria da vida dos agricultores familiares”.

Sendo o PNCF, um programa destinado ao aliviamento da pobreza e da qualidade de vida dos assentados, após terem adquirido posse das terras, foram contemplados com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para custeio, destinado para o investimento na produção agropecuária.

Sua finalidade é apresentada de acordo com Abramovay e Veiga (1999), na qual postula que:

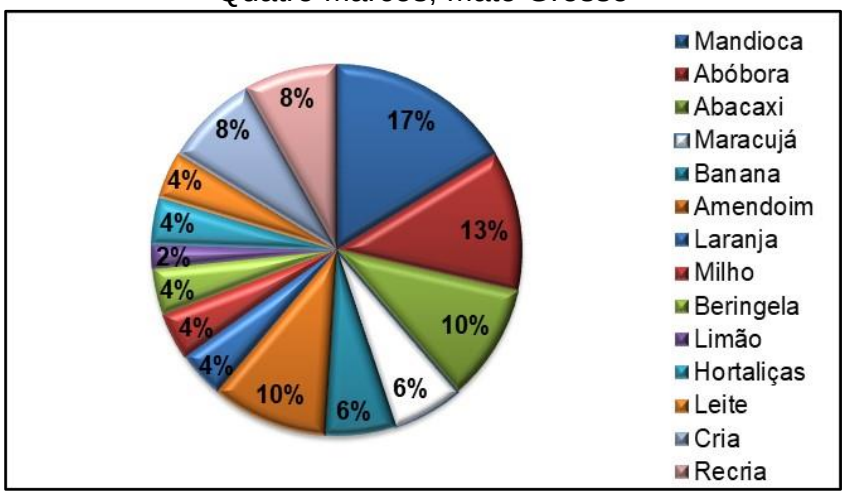
> O PRONAF-M visa promover investimentos baseados em compromissos negociados entre os beneficiários, os poderes municipais e estaduais e a sociedade civil organizada para possibilitar: (i) a implantação, ampliação, modernização, racionalização e relocalização de infraestrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar; e (ii) a ampliação e cobertura de serviços de apoio, a exemplo da pesquisa agropecuária e da assistência técnica e extensão rural (ABRAMOVAY; VEIGA, 1999, p. 07).

Desse modo, o PRONAF é o programa responsável por dar condições para que os agricultores familiares possam investir no processo produtivo em suas propriedades. De acordo com os assentados os valores e linhas de créditos eram de origem federal, nesse caso, o PNCF. Obteve-se também algumas informações a respeito dos programas e seus respectivos financiamentos, sendo o primeiro com o valor de 40 mil reais, o qual foi disponibilizado para compra da terra, de construção da habitação e de benfeitorias na propriedade. Em seguida, os agricultores foram contemplados com o PRONAF, com o custeio à produção agropecuária de 18 mil reais.

Sobre a assistência técnica de alguma instituição pública e/ou empresa privada, os proprietários disseram que tiveram apenas no início no processo de aquisição de suas terras, depois não conseguiram mais acessar esses serviços, passando a secretaria de agricultura atender os assentamentos, mas mesmo esta secretaria não conseguiu atingir a todos.

Buscou-se, informações referentes aos aspectos produtivos, começando pelo total da área. Todas as propriedades possuem uma extensão territorial de cerca de 2 alqueires. Desses, são utilizados 1,5 alqueires para produção, onde são cultivados os produtos que podem ser verificados no gráfico 9.

Gráfico 9 – Produção agropecuária (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso



Fonte: Pesquisa direta realizada em março de 2020.

Dos aspectos produtivos, obteve-se a informação de que algumas produções são realizadas por meio de práticas agropecuárias, sem o emprego de muita tecnologia. Conforme pôde ser observado no gráfico 9, o cultivo da mandioca, da abóbora, do abacaxi e do amendoim, são os mais expressivos.

Na figura 3 está apresentada a produção de mandioca registrada em uma das propriedades.

Figura 3 – Produção de mandioca (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso

Fonte: Arquivo próprio, março de 2020.

A produção de mandioca é umas das práticas de produção mais desenvolvidas no assentamento, em grande escala, e é utilizada para próprio

consumo e seu excedente comercializado. A mandioca se mostrou como destaque na hora do plantio e todos os entrevistados tinham-na plantada em suas terras. Ou seja, isso foi constatado devido à demanda do mercado consumidor. Seguindo o contexto da produção tem-se o cultivo de abóbora, sendo a segunda mais plantada no assentamento, identificada em todas as 14 propriedades entrevistadas. A figura 4 ilustra esta produção.

Figura 4 – Produção de abóbora (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso

Fonte: Arquivo próprio, março de 2020.

Esse cultivo, de acordo com os dados dispostos no gráfico 09 de produtos cultivados, se destaca pelo seu processo produtivo estar vinculado à grande procura, sendo o seu excedente destinado à venda. A produção em destaque, quando registrada, estava entrando no ciclo de desenvolvimento dos seus frutos, por isso não foi possível registrá-los.

Essa plantação faz parte de todas as realidades entre as propriedades entrevistadas, seguindo, como o caso da mandioca, uma maior procura pelo mercado consumidor. Para determinar a produção, no âmbito em que ela se desenvolve, de acordo com Fontoura (2020):

> A Geografia Rural é a geografia do campo, onde a terra é o principal meio de produção, ou seja, da porção territorial que fica fora dos limites da cidade. No campo podemos encontrar o que diretamente depende da terra, que pertence à atividade agrária, composta da lavoura e da criação (FONTOURA, 2020, p. 22).

A função da terra para o campo está atrelada à produção agropecuária. Esse espaço produtivo se localiza no rural fora dos domínios urbanos. Seguindo a análise do processo produtivo, dentre as produções de mais destaques também se verifica o abacaxi, cuja produção está ilustrada na figura 5.

Figura 5 – Produção de abacaxi (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso

Fonte: Arquivo próprio, março de 2020.

Essa produção é desenvolvida no âmbito rural e tem destaque nas propriedades que foram entrevistadas. Destaca-se que em conversa informal com moradores da cidade, o assentamento é citado pelos citadinos com referência da produção do abacaxi pérola.

Essa variedade oferece aos seus consumidores um produto de qualidade, por isso é bastante requisitada pelos consumidores. Outro produto que se destacou na produção do assentamento, com registro na maioria das propriedades entrevistadas, foi a produção de amendoim. A sua colheita está apresentada na figura 6 abaixo.

A produção do amendoim é uma das atividades produtivas que se desenvolve dentro do assentamento fazendo parte dos produtos que são destinados ao mercado consumidor local, constatando, mais uma vez, o quanto a produção no assentamento é diversificada. Essa situação é bastante valorizada quando seus excedentes estão destinados à comercialização dos produtos.

Figura 6 – Produção de amendoim (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso

Fonte: Arquivo próprio, março de 2020.

Na sequência encontramos também, fazendo parte da cadeia produtiva, a produção de hortaliças, em campo verificou-se que estava em seu estágio inicial (germinação), por isso optou-se por usar, como registro, o cultivo da cebolinha em estágio mais avançado (Figura 7).

Figura 7 – Cultivo de hortaliças (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso

Fonte: Arquivo próprio, março de 2020.

A produção realizada no assentamento é destinada para o próprio consumo da família. Essa realidade produtiva é desenvolvida em propriedades familiares; pais e filhos trabalham juntos nesses territórios.

Identificou-se no assentamento o desenvolvimento da pecuária voltada à produção leiteira, a cria e recria (Figura 8).

Figura 8 – Gado Cruzado leiteiro (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso

Fonte: Arquivo próprio, março de 2020.

Conforme pôde ser verificado na figura 8, o gado criado para a produção do leite é o cruzado. No contexto da atividade pecuária, a mais expressiva é a voltada à produção de leite. Foi registrado, em campo o local onde se se encontra o chamado resfriador (Figura 9).

Figura 9 – Resfriador de leite (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso

Fonte: Arquivo próprio, março de 2020.

A produção leiteira é apresentada como atividade para geração de renda das famílias, os produtores usam um resfriador para o acondicionamento do leite adquirido de forma particular, no qual dois (2) produtores juntos conseguem um volume maior de litros de leite, dividindo a renda entre ambos. O gado nelore, de corte, está presente no assentamento; sendo, a cria, a fase dos bezerros e bezerras até à fase de desmama, nesta fase são vendidos; recria da desmama até o início da reprodução das fêmeas e início da fase de engorda dos machos, mas esta criação é menos expressiva.

Quanto à criação de suínos, destaca-se o registro dessa atividade no assentamento, por meio da figura 10 abaixo. Os suínos são criados em cativeiro e alimentados à base de milho e restos de alimentos. Essa realidade se faz presente em algumas das propriedades. Ademais, essa atividade produtiva é destinada, em suma, à alimentação dos sujeitos que a desenvolvem. Essa é uma constatação de que os assentados produzem seus próprios alimentos. Isso contribui, para a redução de um dos problemas estruturais como a fome.

Figura 10 – Criação de suínos (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso

Fonte: Arquivo próprio, março de 2020.

Além da criação de suínos, verifica-se a criação de aves, (galináceos), no entanto ambas são destinadas ao próprio consumo. Por isso, não aparecem no gráfico que representa produção excedente para comercialização. Podemos destacar, aqui, que a alimentação através dessas criações garante para as famílias um aumento nas suas rendas mensais, deixando de comprar na cidade esses alimentos.

Verifica-se que no assentamento há uma diversificação quanto aos tipos de produtos cultivados, realidade esta que se faz presente em todo o espaço do território delimitado pela quantidade de entrevistas determinadas de acordo com o padrão estabelecido para o objeto desta pesquisa. Entretanto, para uma maior compreensão procurou-se apresentar imagens dos cultivos no assentamento, mas somente aqueles cultivares que se destacam no total da produção, como pôde ser visualizado nas páginas anteriores.

Em relação ao processo produtivo procurou-se verificar os sistemas de produção adotados. Obteve-se que na maioria das propriedades é a produção manual que rege as atividades. Em menor escala, a produção empregada é a mecanizada, esta acontece, em três propriedades, com o uso de um trator e grades em cada propriedade para auxílio no processo produtivo. É importante ressaltar que há a disponibilização, por parte da Prefeitura, de um trator para o assentamento, que pode ser utilizado por todos os assentados, a partir de um agendamento. Por conta da demanda por ele, muitas propriedades deixam de utilizar este equipamento.

Em resumo, compreende-se que o sistema produtivo do assentamento se divide em dois: um em que se verifica o uso de certa mecanização agrícola como o trator citado e motores a diesel para irrigação; o outro sistema, verificado na maioria das propriedades é o manual e quando possível e disponível utilizam o trator cedido pelo poder público municipal.

Apresenta-se, na figura 11, o trator disponível na propriedade para exemplificar a mecanização da produção.

Figura 11 – Mecanização agrícola (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso

Fonte: Arquivo próprio, março de 2020.

Relacionando a produção mecanizada com a renda e o volume de produção, verificou-se que as três propriedades que realizam este sistema de produção obtêm maior renda com a atividade agrícola. Percebe-se que onde a mecanização se faz presente há uma vantagem na produção, no qual o volume da produção é maior em relação aos demais produtores que não utilizam desses mesmos recursos.

A maioria dos assentados possui equipamentos manuais, ou seja, tradicionais, como matraca, enxada, enxadão, rastelo, arado e bomba costal, utilizando apenas como equipamento mecanizado os motores a diesel que se enquadram como mecanizados, sendo usados nas práticas de irrigação, conforme figura 12.

Figura 12 – Motor a diesel usado à captação de água para o sistema de irrigação (Assentamento Santa Rosa), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso

Fonte: Arquivo próprio, março de 2020.

O acesso à água para produção agrícola ocorre de três formas: através de um poço artesiano que, por meio de encanamento leva água até à propriedade; poço convencional; e o córrego local, o qual percorre as terras das propriedades do assentamento. O motor a diesel em destaque é utilizado pelos produtores na irrigação, sendo o mesmo usado na captação da água e o seu bombeamento até a área de cultivo, esse recurso é fundamental para o desenvolvimento das produções.

Ao serem questionados a respeito de como adquiriram as técnicas de produção, todos os proprietários responderam que as técnicas foram passadas de pai para filho e, também, com cursos oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), sendo: os de produção de maracujá, mamão, abacaxi, banana, hortaliças, mecanização e práticas agrícolas.

Já no que se refere à pecuária de leite e recria de bovinos, os proprietários disseram que foi somente com aprendizagem com os pais, especialmente em se tratando do cultivo de pastagem. É importante destacar, ainda, que eles usam ração nos períodos de seca para não terem grandes perdas na ordenha anual. Com relação às pessoas que auxiliam na produção, a maioria afirmou que são todos os familiares que estão envolvidos nas práticas agropecuárias. Apenas em uma propriedade é que há o emprego de mão de obra de fora do ambiente familiar.

Quanto aos produtos e serviços, oriundos da cidade que as famílias utilizam foram citados os insumos agropecuários, rações, equipamentos para produção,

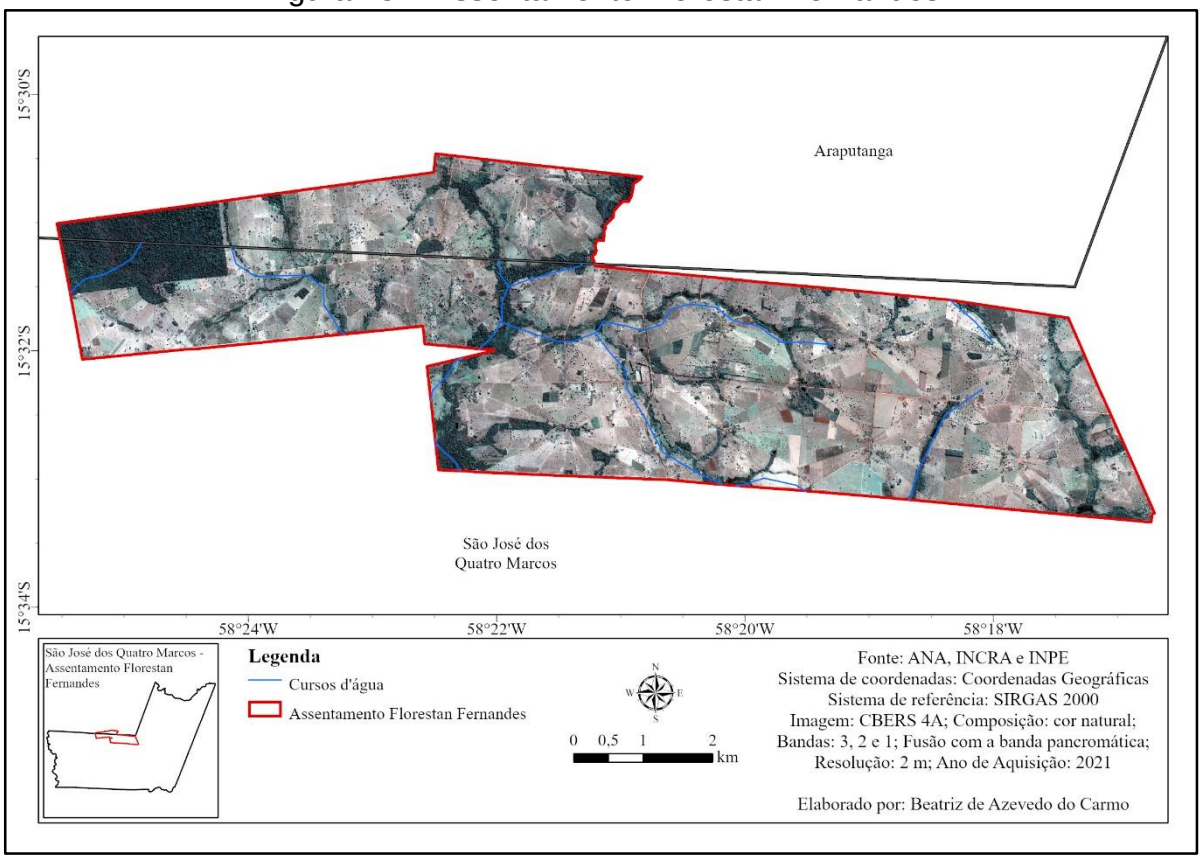
produtos de limpeza e higiene pessoal, serviços de saúde, educação e, de maneira geral, todos os produtos que são oferecidos pelo núcleo urbano. Por fim, verificou-se que os produtores do assentamento se organizam em dois tipos de modelo de produção; o campesinato de forma coletiva e o capitalista de forma individual para o desenvolvimento de suas atividades agropecuárias.

4.2 Aspectos socioeconômicos e produtivos do Assentamento Florestan Fernandes

O segundo assentamento pesquisado foi o Assentamento Florestan Fernandes. Suas terras foram adquiridas no ano de 2002, com 157 famílias, distribuídas entre 157 lotes de 10 alqueires cada um, abrangendo uma área total de 1.570 alqueires adquiridos pelo INCRA (Figura 13).

O assentamento fica afastado cerca de 20km a Oeste do perímetro urbano, no sentido ao município de Araputanga. O Assentamento foi analisado no que tange aos aspectos sociais, econômicos e produtivos, todavia, com menos detalhes em virtude da pandemia do Coronavírus (*Sars-Cov2*). As informações sobre estes aspectos foram obtidas, como mencionado na metodologia, via *whatsapp* com um assentado representante dos demais.

Figura 13 – Assentamento Florestan Fernandes



Fonte: Organizado pelo autor (2021).

De acordo com o representante do assentamento cada família possui sua moradia na propriedade e extrai da terra sua própria renda, garantindo sua estabilidade econômica. A renda das famílias garante a qualidade de vida de seus sujeitos, tendo em vista que essa renda é oriunda do excedente da produção agropecuária que é desenvolvida no espaço do assentamento. Há, também, o sistema de produção de produtores individuais, nessa realidade os mesmos se juntam em forma de associações com o intuito de fortalecerem suas decisões e buscarem investimentos em suas cadeias produtivas.

No que se refere aos modelos de produção, encontra-se no assentamento o modelo capitalista de produção desenvolvido por produtores individuais e o campesinato com a prática de uma agricultura solidária e coletiva, utilizando a agroecologia como resistência ao capital. Entretanto, na realidade estudada, identificamos produtores individuais que, de forma coletiva, buscam melhorias na questão de investimentos para desenvolvimento de sua cadeia produtiva encaixando ao modelo campesino de produção.

Para elucidar como atua o modelo de produção capitalista, de acordo Oliveira (2007) as relações capitalistas de produção sustentam-se na separação dos trabalhadores dos meios de produção, livres da propriedade, sendo, sua força de trabalho, controlada pelo capital e, nesse contexto, esse modelo não se aplica as realidades estudadas.

Sobre o modelo de produção em moldes do campesinato, Oliveira (2007) diz que, no que se referem aos processos de reprodução da agricultura familiar camponesa, estes ocorrem quando os proprietários são donos de suas próprias forças de trabalho, se livrando da exploração do sistema capitalista. Referente a essa afirmação, sobre as características dos tipos de produtores e aos modos de produção pelo qual se identificam, eles ficam explícitos no assentamento a partir do desenvolvimento da atividade produtiva, sendo destacadas no decorrer do texto.

Os produtos, no Assentamento Florestan Fernandes, são cultivados de duas formas: de maneira coletiva utilizando os conhecimentos da agroecologia, aderida por 25 propriedades; utilizando o trabalho familiar como mão de obra se enquadrando essa prática ao modelo do campesinato.

Como exemplo desta produção, tem-se o cultivo de hortaliças com a utilização do sistema de irrigação por aspersão figura 14.

Figura 14 – Produção de hortaliças e irrigação por aspersão (Assentamento Florestan Fernandes), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso

Fonte: (ALMEIDA et al., 2020).

Nesta produção, os proprietários valorizam o cultivo de alimentos mais saudáveis e usam, como força de trabalho, a força familiar e também coletiva. Sobre

este sistema de produção alternativo apresenta-se, aqui, o pensamento de Nodari e Guerra (2015) que fazem a seguinte constatação:

> A agroecologia é um dos sistemas agrícolas mais sustentáveis sob todos os aspectos e propõe-se a resgatar a dignidade humana dos agricultores que ao longo da história domesticaram plantas e animais e mantiveram grande parte da diversidade genética utilizada pela espécie humana. Além disso, ao conservarem a agrobiodiversidade, esses agricultores promoveram práticas e inovações que são agora reconhecidas pela comunidade científica e pelos tomadores de decisões (NODARI; GUERRA, 2015, p. 183).

Esse tipo de prática de produção merece ser destacada pelo seu compromisso de produzir de forma sustentável, conservando e preservando o meio ambiente. Dando prosseguimento a respeito dessas práticas alternativas de produção, destaca-se a utilização de fertilizantes naturais e caldas defensivas sem agrotóxicos, no qual, durante o contato com os produtores, foi possível acompanhar e perceber a preparação de uma calda agroecológica, conforme se mostra na figura 15.

Figura 15 – Preparação de calda agroecológica (Assentamento Florestan Fernandes), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso

Fonte: (ALMEIDA et al., 2020).

A calda é preparada com ingredientes naturais, tais como o esterco e a urina do gado, que é rica em nitrogênio. Estes ingredientes são misturados com água e em seguida deixa-se esta mistura ser curtida por vários dias. Após este processo ela é utilizada para a fertilização do solo.

Como outra prática agroecológica destaca-se o uso da cinza da queima de madeiras no fogão a lenha que é utilizada como fungicida natural. Essa cinza é composta por cálcio, potássio, fósforo, magnésio e nitrogênio, com uma concentração bem maior de cálcio, que é uma composição ideal para corrigir a acidez do solo.

Para o sucesso da atividade agroecológica e de qualquer produção, faz-se necessário o uso de irrigação que acompanha o desenvolvimento da planta, desde a sua germinação até à colheita. Esse processo está representado na figura 16, na qual se observa o motor a diesel como força mecânica para garantir o futuro da plantação.

Figura 16 – Motor a diesel utilizado no sistema de irrigação (Assentamento Florestan Fernandes), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso

Fonte: (ALMEIDA et al., 2020).

Esse sistema de irrigação se torna um fator muito importante ao desenvolvimento de qualquer tipo de cultivo, devido à disponibilidade de recurso hídrico sendo captado de uma mina local para ser usado na cadeia produtiva desenvolvida entre famílias no Assentamento Florestan Fernandes. O uso desse sistema indica que o motor faz esse processo de modo eficaz. Ainda sobre os produtos cultivados, obteve-se a informação de que há uma variedade deles no assentamento. A descrição da produção iniciará pelo milho (Figura 17).

Figura 17 – Produção de milho (Assentamento Florestan Fernandes), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso

Arquivo de Cladir Adão Babinski, julho de 2021.

O cultivo do milho foi uma das produções destacadas dentro do contexto da cadeia produtiva do território apresentado como uma das áreas destinadas ao foco do estudo da pesquisa em questão. Além do milho, como produção agrícola foi registrado o cultivo de banana (Figura 18).

Figura 18 – Produção de banana (Assentamento Florestan Fernandes), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso

Arquivo de Cladir Adão Babinski, julho de 2021.

Essa produção é uma das identificadas nas cadeias produtivas do assentamento, sendo essas informações todas passadas por um representante dos

assentados. Essa produção é desenvolvida por sete (7) famílias, empregando em seu desenvolvimento a força de trabalho, uma mão de obra toda de origem do núcleo familiar. Outro cultivo que é produzido nas propriedades é o do mamão papaia, conforme se ilustra na figura 19.

Figura 19 – Produção de mamão (Assentamento Florestan Fernandes), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso

Arquivo de Cladir Adão Babinski, julho de 2021.

Essa atividade está presente na cadeia produtiva dentro do assentamento pesquisado, sendo, o mamão papaia, um fruto bem apreciado pelos consumidores da região. Os assentados se dedicam, também, à produção de quiabo que está apresentada na figura 20.

Figura 20 – Produção de quiabo (Assentamento Florestan Fernandes), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso

Arquivo de Cladir Adão Babinski, julho de 2021.

A produção de quiabo é desenvolvida por vários produtores e é a procura por parte dos consumidores por este alimento que motiva o seu cultivo no assentamento. No que se refere a produção pecuária praticada no assentamento (Figura 21), tem-se a leiteira e a de corte. A leiteira tem mais destaque, cujo leite é vendido aos laticínios e frigoríficos da região.

Figura 21 – Gado leiteiro e de corte (Assentamento Florestan Fernandes), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso

Arquivo de Cladir Adão Babinski, julho de 2021.

Essa atividade de pecuária se faz presente dentro do assentamento em larga escala. Na cadeia produtiva do leite, o resfriador é utilizado pelos assentados para armazenagem e conservação dessa produção leiteira até a coleta pelos laticínios (Figura 22).

Figura 22 – Resfriadores usados na produção leiteira (Assentamento Florestan Fernandes), em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso

Arquivo de Cladir Adão Babinski, julho de 2021.

Conforme a informação recebida, todos os assentados se dedicam à esta produção e eles se unem para poderem ter um resfriador com maior capacidade, podendo, assim, obter uma renda maior. Considerando o perfil do assentamento internamente, seus produtores contam com 19 tratores e vários implementos agrícolas e com três associações e uma cooperativa em fase de criação. Assim, esses assentados mostram-se organizados na representação do quesito produção, com uma base produtiva de gado de leite e gado de corte, além de cultivar milho, sorgo e capim da variedade BRS capiaçu para alimentarem o gado.

Em relação aos produtos e serviços oriundos da cidade, tem-se os insumos agrícolas para a produção, adubos, sementes, rações e demais equipamentos. Além de serviços essenciais, tais como os de saúde e educação, comércios em geral (supermercados, lojas de roupas, eletrodomésticos), todos esses processos para suprir as necessidades básicas dos assentados.

4.3 Incentivos públicos aos assentamentos rurais do município de São José dos Quatro Marcos

Quanto aos incentivos de políticas públicas voltadas à agropecuária buscou-se primeiramente bibliografias que abordam o contexto dos investimentos na agricultura familiar por parte do governo federal, estadual e municipal para em seguida fazer um comparativo com os investimentos no agronegócio e; por fim, o que tem sido feito para os assentamentos analisados em nível municipal.

Segundo Cardoso, Pedri e Yamashita (2018), historicamente, ao longo dos tempos, a agricultura familiar brasileira veio passando por vários processos de transformação nos cenários econômico e político. Na atualidade, as discussões a respeito da temática estão voltadas aos aspectos econômicos, sociais e, também, com a garantia da segurança alimentar e nutricional, fazendo parte significativa dos debates acadêmicos e políticos brasileiros.

Seguindo essa perspectiva, de acordo com Cardoso, Pedri e Yamashita (2018), foram implementadas, no início do século XXI, políticas alternativas voltadas para a agricultura familiar nas esferas federal, estadual e municipal, buscando atender, em suma, as necessidades específicas, tanto local, quanto regional, com vistas ao fortalecimento desse setor.

Sobre a garantia de segurança alimentar tendo a agricultura familiar como protagonista, Cardoso, Pedri e Yamashita (2018) especificam a Lei n. 11.346/2006:

> De acordo com a Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006: Art. 3° segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambientais, culturais, econômicas e socialmente sustentáveis. Art. 4° A segurança alimentar e nutricional abrange: I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda (CARDOSO; PEDRI; YAMASHITA, 2018, p. 127).

Entende-se, pois, que através da legislação deva ser garantida a segurança alimentar e todo compromisso com a agricultura familiar, fomentando todas etapas descritas.

Quando parte-se da questão da agricultura familiar, em Mato Grosso, encontra-se uma outra realidade que, de acordo com Cardoso, Pedri e Yamashita

(2018), apesar de que nas últimas décadas ela tenha apresentado desenvolvimento significativo, o estado vem enfrentando dificuldades nesse aspecto quando volta-se para a sua cadeia produtiva, fazendo com que seus produtores exerçam atividades não somente dentro, mas fora de suas propriedades, prestando serviços em outras localidades, sendo apresentado, em uma das áreas estudadas, sem perderem a identidade de agricultores familiares.

O investimento na agricultura familiar, conforme Cardoso, Pedri e Yamashita (2018, p. 128) é de competência tanto do governo federal quanto do Estadual, por intermédio das Secretarias. Os autores citados com referência ao trabalho desenvolvido por Oliveira et al (2012)[3] apontam que os agricultores de modo geral em Mato Grosso, tem encontrado dificuldade em acessar às linhas de créditos ou programas específicos para a agricultura familiar; especialmente por "problemas de comunicação entre agricultores, secretarias e /ou entidades governamentais".

Com relação às Secretarias responsáveis pela promoção e incentivo à agricultura familiar, Cardoso, Pedri e Yamashita (2018, p. 128) explanam a situação em Mato Grosso.

> Em 2010, a SEDER (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural) passa denominar-se SEDRAF (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar), de acordo com o Art. 5º da Lei Complementar nº 413/2010, que também estabelece que esta seja responsável pela gestão das políticas públicas de desenvolvimento rural e agricultura familiar, bem como pela Reforma Agrária, em conjunto com o Governo Federal. (CARDOSO; PEDRI; YAMASHITA, 2018, p. 128). Estão vinculados a esta secretaria, o INDEA/MT (Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso), o INTERMAT/MT (Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso), a EMPAER (Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S.A.) e a CEASA/MT (Central de Abastecimento do Estado de Mato Grosso S.A). (CARDOSO, PEDRI e YAMASHITA, 2018, p. 128)

Tendo ciência da dificuldade de acesso ao financiamento pelos pequenos produtores familiares, decidiu-se verificar como é esta situação para o agronegócio. Para enfatizar esse modelo de produção, Heredia, Palmeira e Leite (2010) apontam que:

> [...] ao tratarmos dos processos relacionados com o "agronegócio", é preciso compreendê-los como algo que extrapola o crescimento agrícola e o aumento da produtividade, alusões mais comuns nos debates sobre o setor. Seja para refletirmos sobre as circunstâncias que informam o movimento de expansão

[3] Quem quiser ter mais informações sobre esta temática para Mato Grosso consulte: OLIVEIRA, I. L.; ASSUNÇÃO, H. H. T. de.; BARBOSA, R. C.; STURZA, J. A. I. A Agricultura Familiar e estratégias de reprodução social nos assentamentos rurais de Mato Grosso: Caso do Assentamento Fazenda Esperança em Rondonópolis – MT. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21, 2012, Uberlândia. **Anais** [...] Uberlândia: 2012

> das atividades aí inscritas, seja, igualmente para pensarmos a validade do seu contraponto, isto é, o conjunto de situações sociais que não estariam aí compreendidas (HEREDIA, PALMEIRA e LEITE, 2010, p. 161).

O agronegócio implica um modelo que ataca o meio ambiente de todas as formas, como desmatamento, uso de agrotóxicos, queimadas, comprometendo a biodiversidade do país, tendo como símbolo a exploração do trabalho para acúmulo de capital, ameaçando o bem maior que é a vida representada nas futuras gerações.

A agropecuária no Brasil tem como principal política agropecuária para financiamento da atividade o sistema nacional de créditos que é realizado pelo Plano Safra. Mitidiero-Junior e Goldfarb, (2021) explicam que:

> Os créditos são ofertados por instituições públicas e privadas para custeio, investimento, comercialização e industrialização e são distribuídos segundo categorias: o “Pronaf” (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para os pequenos produtores familiares, o “Pronamp” (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural) para os médios e para as “Demais” categorias nas quais se encaixam, principalmente, os grandes produtores, o Agro. (MITIDIERO-JUNIOR e GOLDFARB, 2021, p. 15).

Quanto à distribuição desigual dos recursos para produção agropecuária no país, quando se compara o agronegócio e a agricultura familiar, tem-se essa realidade explícita no pensamento de Mitidiero-Júnior e Goldfarb (2021, p. 15) “[...] no Plano Safra 2019/2020, enquanto o Pronaf, que congrega o maior universo de produtores no campo brasileiro, recebeu 29 bilhões de reais, o Pronamp recebeu 27,9 bilhões e o Agro 134,8 bilhões”. Os autores também analisaram os contratos firmados no Plano Safra 2019/2020 para o financiamento e demonstraram que:

> Enquanto o Pronaf, que respondeu a 1.416.064 de contratos, ficou somente com 12,8% dos recursos; o Pronamp com 186.363 dos contratos e com 12,4% dos créditos; e os Demais, que correspondem a apenas 328.066 contratos, recebeu 59,9% da totalidade dos créditos. (MITIDIERO-JUNIOR e GOLDFARB, 2021, p. 15).

Os dados apontados acima comprovam, ainda nos dizeres de Mitidiero-Júnior e Goldfarb (2021, p. 15), “imensa concentração de recursos nas mãos de um pequeno número de produtores rurais, em sua imensa maioria representantes do Agro”. É importante frisar que, conforme os autores referenciados, esses recursos são oriundos, em maioria, de instituições financeiras públicas, sendo estas responsáveis por disponibilizar mais da metade dos valores no plano Safra 2019/2020, estando

assim distribuídos: “bancos públicos (54%), bancos privados (26%), cooperativa de crédito (18%), banco de desenvolvimento e agência de fomento (2%)”. (MAPA, 2020, apud MITIDIERO-JÚNIOR e GOLDFARB, 2021, p. 15).

Esta diferença de acesso aos recursos impressiona, especialmente quando se sabe que a agricultura familiar, em especial a camponesa, é a que mais pode contribuir para a segurança alimentar, uma vez que é a que possui a maior produtividade de alimentos que estão na mesa do brasileiro. Os dados acima também deixam claro a força do agronegócio, que tem seus representantes no congresso nacional, compondo um grupo denominado de bancada ruralista.

Após demonstrar a diferença de investimentos entre o agronegócio e a agricultura familiar, passa-se agora para entender a realidade local por meio da entrevista feita na Secretaria de Agricultura do município, direcionada a buscar informações sobre as políticas públicas voltadas para os assentamentos rurais. Ao procurar os responsáveis da Secretaria de Agricultura obteve-se a informação sobre algumas ações que foram desenvolvidas, bem como de programas de apoio à cadeia produtiva local que foram acessados pelos assentados.

Primeiramente o Secretário expôs sobre a estrutura fundiária do município, em relação aos assentamentos rurais, destacando que eles são divididos quanto à forma de aquisição da terra, sendo cinco pelo Programa PNCF e três pelo INCRA. A posteriori, foram apresentados os quantitativos de famílias por assentamento distribuídos dentro do município. Assentamentos realizados pelo PNCF: Assentamento Figueirinha, com 48 famílias; Assentamento Alvorada, com 17 famílias; Assentamento Santa Rosa, com 28 famílias, Assentamento Duas Meninas, com 58 famílias, Assentamento São Benedito, com 13 famílias. Assentamentos do INCRA: Assentamento Florestan Fernandes, com 147 famílias, Assentamento Santa Rosa I, com 73 famílias e o Assentamento Roseli Nunes, com 53 famílias.

De acordo com o IBGE, referente aos dados das cidades (BRASIL, 2021) a população de São José dos Quatro Marcos, no último censo, realizado em 2010, foi de 18.998 pessoas. E, a densidade demográfica era de 14,75hab./km², com uma estimativa, para 2020, de cerca de 18.846 pessoas, havendo um decréscimo. Quanto à densidade demográfica dos assentamentos, encontramos junto ao secretário de Agricultura do município, uma média aproximada pelo quantitativo de famílias por assentamento. Contando uma média de três pessoas por cada família, chega-se ao número de 1.311 assentados, demonstrando a grande força no momento de buscarem

incentivos de políticas públicas para o desenvolvimento das cadeias produtivas dos assentamentos.

Observa-se no município, um quantitativo considerável quanto à capacidade política de apoio aos assentamentos. Esses assentados conseguem por meio do voto, elegerem representantes de seus territórios para apoiarem as medidas de fomento para seus sujeitos.

Em relação aos programas e leis de incentivos que fomentaram os assentamentos foram citados o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esses programas são de fundamental importância para garantir a compra dos produtos da agricultura familiar camponesa no momento de comercializá-los.

Nessa linha de incentivos, foram citadas algumas leis que beneficiaram os assentamentos, tais como a Lei n. 1.332/2010, o “Mais Peixe” com incentivos à produção de peixe em piscicultura, uma atividade que não se apresentou entre os entrevistados, porém foram oferecidas, cujo objetivo era para construção de tanques e doações de alevinos, dando oportunidade de geração de renda com essa atividade, contudo, não chamou a atenção dos assentados.

Tem-se, ainda, conforme o Secretário, a Lei n. 1.283/2010, o “Mais Leite”, de apoio aos produtores de leite, assim como a Lei n. 1.654/2017, da “Recuperação de Estradas”, que visa a sua manutenção para facilitar os deslocamentos para a cidade. Sendo que as leis e os respectivos incentivos nelas descritos beneficiam os assentamentos.

Quando indagado sobre a prestação de assistência técnica, aos assentamentos, o representante passou as condições de trabalho da Secretaria e como estavam atendendo os produtores assentados, relatando que o atendimento era realizado por meio de agendamento, devido ao fato de terem que atender a todos os produtores rurais do município.

Observa-se uma lacuna aberta quanto à situação acima descrita, pois nota-se que se necessita de uma equipe maior para que o atendimento aos assentamentos rurais do município possam ser mais eficiente. Nesse sentido, de oferta de incentivos aos assentamentos pesquisados, verificou-se que é necessário, por parte do poder público local, uma maior atenção aos sujeitos que produzem e abastecem o mercado local de alimentos. Lembrando, que é uma cadeia produtiva de oito assentamentos e 473 famílias, números consideráveis dentro do município.

4.4 Dinâmica de comercialização desenvolvida pelos assentamentos rurais, em São José dos Quatro Marcos

A respeito do desenvolvimento da produção e da dinâmica de comercialização dos produtos agropecuários, assim como o modo como se encontra a relação campo/cidade na atualidade, foi possível identificar essas variantes de maneira direta somente do Assentamento Santa Rosa e, em partes do Assentamento Florestan Fernandes. Sobre a comercialização da produção dos assentamentos, os sujeitos destacaram a relação com mercados consumidores, envolvendo as escolas, os supermercados, as feiras e terceiros. Ademais, mencionam os programas de garantia de compra da produção, como PNAE e o PAA, citados no item anterior, que consideram como uma forma de não perder a produção.

Observou-se que há uma parceria entre o comércio local e os produtores, com participação direta dos produtores na vida dos sujeitos citadinos, por consumirem os produtos provenientes do campo, em especial, dos assentamentos, impactando de forma positiva o mercado local. Destaca-se, com efeito, a venda da produção de mandioca, abóbora, abacaxi e amendoim, neste caso, oriundos do Assentamento Santa Rosa.

No assentamento Florestan Fernandes destaca-se a comercialização do leite e da carne bovina, os quais são destinados aos laticínios e frigoríficos da região, assim como as produções agrícolas de quiabo, mamão, banana, milho e outras. Porém, a cadeia da pecuária é predominante neste assentamento. A comercialização dos produtos agropecuários é destinada ao mercado consumidor local e às cidades circunvizinhas, Mirassol D’Oeste e Araputanga, sendo usados como espaço de comercialização as feiras livres (Figura 23).

Figura 23 – Feira livre, em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso

Fonte: Arquivo próprio, janeiro de 2020.

A feira livre é um espaço de comercialização dos produtos oriundos dos assentamentos. Ela é utilizada pelos dois assentamentos pesquisados, um espaço com funções de caráter social e econômico para as famílias. Além da feira livre, outra alternativa de comercialização dos produtos, oriundos dos assentamentos é a venda de porta em porta por meio de um automóvel, conforme figura 24.

Figura 24 – Uso de automóvel utilitário para o comércio de porta em porta, pelos assentados, em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso

Fonte: Arquivo próprio, janeiro de 2020.

A venda em domicílio é uma alternativa de comercialização da produção registrada durante a pesquisa. Essa técnica demonstra a forma de se reinventar para

se sobressair das amarras do modelo capitalista. Assim, pautam-se do trabalho familiar que garante a renda, dando qualidade de vida para todos os familiares assentados.

A alternativa de comercialização mencionada é uma das saídas encontrada pelos produtores para continuar com a produção e obter os seus rendimentos oriundos da produção desenvolvida nos assentamentos. Essa prática é realizada todas as semanas, intensificando a relação dos assentamentos com o mercado local. Vale lembrar, que há vários fatores que contribuem para uma boa venda da produção, assim como para elucidar os fatores que contribuem positivamente no momento da comercialização dos produtos.

Conforme Fontoura (2020) a produção agrícola depende do melhoramento do ambiente e do grau de conhecimento dos produtores responsáveis pelo processo produtivo e colocando o mercado como determinante na comercialização da produção. Leva-se em conta, sobretudo, a tecnologia empregada e o deslocamento até o meio urbano além da durabilidade do produto. Todas essas condicionantes entram no espaço de distribuição da produção. Ao trazer essa compreensão à pesquisa, nota-se, que estes condicionantes se fazem presentes na realidade de vida dos assentamentos estudados.

O fator locacional, no caso do Assentamento Santa Rosa, faz valer o entendimento de Fontoura (2020), pois estando próximo à cidade, as vantagens de comercialização e serviços ficam mais acessíveis devido a essa localização geográfica privilegiada. Essa mesma realidade é aplicada ao Assentamento Florestan Fernandes, por se localizar próximo ao núcleo urbano do município, embora, aqui, o volume da produção seja superior ao do Assentamento Santa Rosa, devido a extensão de terra ser maior, com 10 alqueires, sendo essa razão o diferencial no volume de sua cadeia produtiva, apontando com outra condicionante, os equipamentos mecanizados que são mais amplos.

4.5 A relação campo/cidade, em São José dos Quatro Marcos, a partir dos assentamentos rurais

Ao iniciar essa temática, apresenta-se a definição da classificação de campo e cidade pelos critérios de população em áreas de ocupação densa. De acordo com IBGE (BRASIL, 2017), em unidades populacionais com populações em áreas de ocupações densas, com menos de 3mil habitantes, são considerados municípios que se enquadram na classificação de predominantemente rurais.

Na relação campo/cidade tem-se um processo de interação que continuará constante, pelo motivo de ambos se interagirem para o desenvolvimento e manutenção de suas essências de rural e urbano, uma vez que para Wanderley (2013), as distâncias que existiam entre campo e cidade não são mais as mesmas, devido ao crescimento das cidades ao longo dos tempos, facilitando a população rural o acesso mais rápido aos serviços oferecidos pelos meios urbanos, tornando, desse modo, os modos de vidas de ambas realidades semelhantes.

Quando se volta ao entendimento de campo e cidade para a pesquisa, aponta-se que há uma relação comercial, social, econômica e cultural, demonstrando a questão social bem explícita por estarem visivelmente registrados nas fotos como: moradia, geração de renda e emprego.

Contudo, essas relações entre campo e cidade sempre existiram, porque um depende do outro. Se o campo não produzir alimentos, a cidade não come, pois é o campo que abastece as cidades com produtos oriundos das atividades agropecuárias desenvolvidas no meio rural. No sentido de contribuir com o debate sobre campo e cidade, Hespanhol (2013) afirma que:

> As articulações entre os espaços urbanos e rurais se intensificaram, mas mesmo assim o campo e a cidade continuam apresentando particularidades que são especificas, embora haja cada vez menos diferenças nos valores e nos níveis de informação dos habitantes das zonas rurais e urbanas (HESPANHOL, 2013, p. 109).

Embora essas relações sejam cada vez mais intensas, no que se refere ao campo e a cidade, suas particularidades nunca desapareceram. De acordo com Marques (2002) há dois modelos interpretativos para a definição de campo e cidade, um é dicotômico e outro é o *contínuum*. No primeiro os dois espaços são considerados opostos e contraditórios, já no segundo há a consideração de que os modos de vida de ambos são semelhantes, mas guardam em si realidades diferentes, pois coloca

que à medida em que a industrialização se expande, ela atinge o meio rural, aproximando, assim, as duas realidades (MARQUES, 2002).

Levando essa compreensão à luz da área de pesquisa, o entendimento de campo se consagra enquanto uma realidade social que se relaciona com a cidade, mas nunca perdendo a sua essência de rural. Observa-se que as mudanças chegam com a modernização dos meios de produção, mas, no campo os produtores familiares campesinos lutam de forma organizada e coletiva para se manterem com qualidade de vida sem serem explorados pelo modelo capitalista de produção.

Segundo Neto (2017) os mundos rurais e urbanos recebem avanços tecnológicos, na atualidade, em diferentes proporções. Hoje é possível encontrar áreas rurais com maior grau tecnológico do que a cidade, dando uma nova roupagem na interpretação desses espaços em destaques. Vale ressaltar, que quando se volta o olhar para este estudo, especialmente do assentamento Santa Rosa percebe- se uma realidade inversa à apontada por Neto (2017), aquela em que se encontram áreas rurais com alto grau tecnológico.

No assentamento pesquisado verificou-se a produção agropecuária, sendo a agricultura diversificada com vários tipos de cultivares, predominando o método tradicional na produção, com um grau menor de tecnologias empregadas na produção, adquirindo condições de se manterem no campo, por meio de serviços realizados fora da propriedade e a juntada da aposentadoria à renda familiar.

Observou-se que a solidariedade estava marcadamente no território dos assentamentos. Durante a coleta de informações, notou-se que existe um grupo de mulheres para discutirem sobre a realidade deles e definirem as ações de importância para o desenvolvimento das atividades produtivas. Vale lembrar, que todos os meses, a partir de parcerias entre os supermercados e os assentamentos, os meios de transportes são custeados aos assentamentos de forma gratuita, com objetivo de que os assentados possam fazer suas compras em seus respectivos estabelecimentos comerciais.

Vários ônibus são deslocados para a cidade aumentando os fluxos de pessoas, e isso, faz com que intensifique a dinâmica no comércio local, essa realidade é aplicada a ambas áreas pesquisadas. Além dos supermercados, os sujeitos dos territórios pesquisados fazem compras em outros tipos de comércios, comprando calçados, vestimentas e insumos para produção nas casas agropecuárias e utilizam de serviços essenciais, tais como saúde e educação. Nesse sentido, sobre essa

interação entre o espaço rural e urbano, de acordo Martins e Souza (2010, p. 49), “[...] cumpre ressaltar que o rural tecnificado e capitalista possui relações urbanas, mas que esse coexiste com outro, de trabalho solidário, familiar e camponês, persistente e rural em sua essência”.

Na realidade brasileira identifica-se, um campo tecnificado, que segundo Martins e Souza (2010), está dotado de uma essência urbana e o trabalho solidário de base familiar com sua essência rural. No decorrer da pesquisa no Assentamento Santa Rosa, foram identificados esses dois tipos de sujeitos, uma vez que algumas propriedades possuem tratores e equipamentos mecanizados para realização do processo produtivo.

Por outro lado, há uma cadeia produtiva, destacando, em sua maioria, com as técnicas tradicionais e com motor a diesel mecanizado. Já referente à captação de água para irrigação, ela é feita de modo coletivo, assim como na produção de leite para aquisição do resfriador, por exemplo e na água encanada, caracterizando essa realidade de um agricultor campesino.

Um destaque do assentamento pesquisado é a diversificação da renda, plantando vários cultivares e usando essa prática para repor as perdas entre um produto e outro no momento da comercialização, em algumas propriedades a renda é oriunda de atividade não agrícola, assim como a aposentadoria compõe a renda familiar, o que contribui para que os assentados se mantenham no campo. Isso mostra a necessidade de implementação das políticas públicas no sentido de promoverem a manutenção das pessoas no campo tanto residindo como desenvolvendo as suas atividades.

Quanto à realidade do Assentamento Florestan Fernandes e sua relação com a cidade verificou-se em suas cadeias produtivas, sistemas mais amplos, devido a área apresentada ser de 10 alqueires em cada propriedade, sendo pertencente a dois municípios, em que a maior parte está em São José dos Quatro Marcos e a outra, em menor escala, no município de Araputanga.

A relação é intensa devido à aproximação espacial com o núcleo urbano, facilitando o acesso mais rápido aos serviços da cidade, assim como o inverso, onde a cidade consome os produtos do campo. Quanto a essa relação de interação dos dois espaços, campo e cidade, de acordo com Hespanhol (2013):

> [...] a consolidação de relações de proximidade entre os espaços rurais e urbanos está associada às condições de acesso a infraestrutura,

> equipamentos coletivos e serviços à população rural que garantam a cidadania e a autonomia (HESPANHOL, 2013, p. 110).

Isso explica que, quanto mais próximos dos núcleos urbanos as áreas rurais, mais acessos terão aos recursos advindos das cidades. E essa realidade se apresenta quanto ao objeto desta pesquisa. No que que se refere ao debate sobre a realidade dos espaços estudados e os avanços da mecanização agrícola percebe-se que o Assentamento Florestan Fernandes, por exemplo, estava dotado de implementos e máquinas para o processo produtivo. Para reforçar a relação campo e cidade, voltada à realidade do espaço estudado, se apoia em Ferreira (2018), quando afirma que:

> O mundo rural e o mundo urbano absorveram esses avanços em diferentes proporções, sendo possível encontrar áreas rurais com um grau de ciência e tecnologia muito maior que em uma cidade. Tal situação demostra que o surgimento de novas e diferentes ruralidades também pode explicar as relações entre o campo e a cidade na atualidade (FERREIRA, 2018, p. 164).

A partir desse pensamento de Ferreira (2018), em proporções menores, percebe-se que isso acontece no assentamento Florestan Fernandes com máquinas e implementos agrícolas. Quanto à participação desse território, no que se refere a questão socioeconômica, verificou-se que ela é intensa. As relações econômicas em maiores proporções estão presentes nessa realidade devido ao grande acesso aos equipamentos mecanizados e uma área maior para se produzir.

No assentamento a pecuária é intensa na produção de leite e cria de gado de corte. São produtores familiares capitalistas, porém, a produção agrícola faz parte do cotidiano. Destaca-se nele a presença da agroecologia que garante a renda das famílias envolvidas coletivamente nessa prática campesina. E para destacarmos esse modelo, usamos Oliveira (2007), que diz que: quando o agricultor familiar camponês, por meio de seu trabalho familiar, consegue aumentar a sua renda, o mesmo pode garantir a reprodução do campesinato através de seus filhos, mantendo, assim, essa bandeira de luta sobre a massificação capitalista. Esta realidade pôde ser verificada no assentamento por meio das informações obtidas pelas famílias que trabalham com a agroecologia nesse espaço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assentamentos pesquisados, Santa Rosa, com propriedades de 2 alqueires e o Florestan Fernandes, com propriedades de 10 alqueires de extensão, por família, mostraram algumas diferenças além deste aspecto territorial. Pode-se afirmar que no primeiro, a produção é diversificada, principalmente na atividade agrícola, sendo a pecuária desenvolvida em menor escala pelos produtores. Quanto ao segundo, observa-se um sistema produtivo marcante, porém, na pecuária, junto à produção agrícola, temos um volume de produção maior devido à sua extensão de terra.

Quanto aos modelos de produção, encontramos um modelo mais voltado ao campesinato com produtores que se organizam de forma coletiva em uma área e na outra, são produtores individuais, mais que se organizam de maneira conjunta na hora de buscarem recursos para investimentos em suas cadeias produtivas. A agropecuária é praticada em ambos, mas em um dos assentamentos, em maior escala, devido a extensão territorial das propriedades serem diferentes em ambos os assentamentos.

Desse modo, identificou-se, no Santa Rosa, agricultores de características capitalistas e campesinas, sendo marcada, em suma, pelo campesinato. Entretanto, o Florestan Fernandes está marcado por produtores capitalistas individualizados, com empenho de associações, bem como de uma cooperativa em formação, obtendo um poder maior no momento de buscarem investimentos. Por outro lado, coloca-se como referência campesina, a produção agroecológica dentro do assentamento em questão, que é desenvolvida por várias famílias.

Seguindo o contexto do mesmo assentamento, há um grande aparato de equipamentos mecanizados, dos quais destacam-se 19 tratores e seus diversos implementos para serem disponibilizados à cadeia produtiva da agropecuária neste espaço. Ao falar do quesito produção, ambos os assentamentos pesquisados produzem de formas diversificadas, mas, no Santa Rosa a produção é feita em menor quantidade e com uma mecanização reduzida.

No Florestan Fernandes com maior grau de equipamentos mecanizados, a produção é marcada pela atividade leiteira e de corte, já a produção agrícola é desenvolvida em escala proporcional a pecuária. A produção, na maior parte do assentamento, está ligada a interesses externos de mercado, produzindo em grandes escalas, ou seja, a propriedade não tem autonomia sobre sua produção e trabalha para atender o capital.

Observou-se que ambos os assentamentos têm uma função social marcante, onde os assentados dispõem de habitação, de trabalho no campo (cultivo de suas próprias terras) e de produção do seu alimento, sendo necessário somente a aquisição de produtos que não cultivam para complementar a sua alimentação.

Nos aspectos socioeconômicos e produtivos dos assentamentos, foram encontradas duas realidades distintas nos territórios pesquisados. Na questão social, todos têm casa própria; ou seja, garantia de habitação e emprego por aplicarem suas forças de trabalho em suas próprias terras e obterem dela a sua alimentação. Já nos aspectos econômicos, com a geração de renda das famílias proporcionada pela produção em suas terras e a consequente comercialização dos produtos cultivados contribuindo para a economia da família e do município.

Partindo para o quesito de desenvolvimento de políticas públicas efetivas, com incentivos aos assentamentos pesquisados foram apresentados diversos programas governamentais nas esferas federal, estadual e municipal, os quais são destinados ao desenvolvimento da produção e comercialização agrícola das famílias assentadas. Já a comercialização dos produtos é realizada por meio de feiras livres, venda nos domicílios dos citadinos, nos supermercados, em laticínios e em frigoríficos das cidades circunvizinhas.

Passando para um contexto geral das áreas estudadas, quanto da relação campo/cidade, há uma relação constante entre esses espaços devido às diversas relações de proximidades entre o espaço rural e o espaço urbano em todos os aspectos apresentados, sendo eles, os sociais, os econômicos e os produtivos. A relação entre estes dois espaços proporcionada pelos assentamentos é de complementaridade.

A pesquisa desenvolvida permitiu identificar a necessidade de reflexões e debates sobre as responsabilidades do poder público local em contribuir por meio de políticas públicas com vistas ao desenvolvimento destes territórios, haja vista que eles favorecem todo o comércio local ao adquirirem produtos que não são produzidos nos assentamentos e, também, ao buscarem por serviços essenciais, tais como os de saúde, de educação, dentre outros.

Em relação ao poder público local, pode-se dizer ainda que a Secretaria de Agricultura deveria montar uma equipe com um número maior de pessoas e equipamentos agropecuários necessários ao desenvolvimento dos assentamentos, de forma a garantir serviços de atendimento a eles com qualidade, o desenvolvimento

das atividades produtivas seria mais efetivo, assim como a comercialização dos produtos.

Por fim entende-se que a pesquisa desenvolvida proporcionou, que fosse evidenciado como ocorre as relações entre campo e cidade por meio dos assentamentos rurais, contribuindo para o debate acerca desta temática. Além disso, contribui para o conhecimento da realidade local estando os resultados obtidos disponíveis, por meio deste texto de dissertação, para a administração local, de modo que possa servir para pensar os direcionamentos das políticas públicas com fins de incentivar o desenvolvimento dos assentamentos e do município em si.

Destaque maior refere-se à economia, pela obtenção pelos produtores da renda que vem da produção no espaço rural e que ocorre no espaço da cidade e por eles usufruírem dos programas de compra PNAE e PAA, além da alimentação produzida para consumo na própria propriedade, que deve ser somada à renda familiar, já que não precisam utilizar da renda transformada em dinheiro para comprar na cidade. Ressalta-se, entretanto, que alguns assentados do Santa Rosa necessitam recorrer a outras fontes de renda (atividade fora do campo e aposentadoria) para se manterem no campo, o que não se verificou no assentamento Florestan Fernandes.

Diante da análise da produção e da comercialização que evidenciou a relação dos assentamentos com o espaço urbano, assim como da verificação da manutenção da população no campo, pode-se inferir que ambos os assentamentos são territórios de suma importância na contribuição com as questões sociais e econômicas do município, uma vez que possibilita a manutenção da população no campo, reduzindo problemas de habitação e emprego na cidade e contribui para o abastecimento da população com alimentos frescos e saudáveis, o que facilita o acesso da população à produtos que são comercializados à um custo mais baixo, pois a produção é local; promove a geração de renda aquecendo a economia local.

A ideia da contribuição dos assentamentos para as questões sociais e econômicas no município, não se encerra com esta pesquisa, podem ser ainda objeto de análise de projetos futuros.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Brasília, abr., 1999, p. 1-51 Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0641.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 25-39, jul., dez. 2003. Disponível em: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/download/3749/1806. Acesso em: 20 jul. 2020.

ALMEIDA, Alessandro Oliveira; ROCHA, Josemir Paiva.; CARMO, Judite de Azevedo do.; LIRA, Luzia Gomes. Agroecologia como forma de resistência ao modelo hegemônico de produção agrícola. **Geoaraguaia**, v. 10, n. 2, Barra do Garças, dez., 2020, p. 144-159. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/11079. Acesso em: 13 jan. 2021.

ALVES, Flamarion Dutra; VALE, Ana Rute do. A relação campo-cidade e suas leituras no espaço. **Revista ACTA Geográfica**, Boa vista, 1. Ed., p. 33-41, set./nov., 2013. Disponível em: https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/1938/1226. Acesso em: 20 jul. 2020.

ALVES, Flamarion Dutra. A relação campo-cidade na geografia brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 16, n. 3, p. 7-16, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7570/pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**: paz produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, ago., 2003. Disponível em: www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf. Acesso em: 28 jan. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Presidência da República, 1988. 496 p. ISBN: 978-85-7018-698-0. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 91.766, de 10 de outubro de 1985**. Aprova o plano nacional de reforma agrária, PNRA, e, dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1985. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1985/D91766.html. Acesso em: 10 abr. 2021.

CARDOSO, Elisa dos Santos; PEDRI, Eliane Cristina Moreno de; YAMASHITA, Oscar Mitsuo. Políticas públicas, agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional no Brasil e em Mato Grosso. **Nativa**, Sinop, v. 6, n. 2, p. 124-133, mar./abr., 2018. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/nativa/issue/view/405. Acesso em: 04 nov. 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur, 2007a.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. 1. Ed. São Paulo: FFLCH, 2007b.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 53-75, out., 1998. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135/131. Acesso em: 27 set. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

FAJARDO, Sérgio. A questão locacional na relação campo-cidade. **Revista Temas & Matizez**, Paraná, v. 8, n. 16, p. 97-114, jul./dez., 2009. Disponível em: http://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/3935/3048. Acesso em: 12 mar. 2021.

FELÍCIO, Munir Jorge. Paradigma da questão agrária e paradigma do capitalismo agrário. *In:* VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; COCA, Estevan Leopoldo de; FERNANDES, Bernardo Mançano. (orgs.). **Dataluta**: questão agrária e coletivo de pensamento. 1. Ed., São Paulo: Outras Expressões, 2014, p. 17-38.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Reforma agrária no governo Lula**: a esperança. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2003. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf. Acesso em: 03 set. 2019.

FERREIRA, Audrey Ferreira. Uma análise da relação cidade-campo e a dinâmica urbano-rural no município de Ilha Solteira (SP). **Revista Formação**, São Paulo, v. 25, n. 46, p. 149-166, set./dez., 2018. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/5530/4707. Acesso em: 08 mar. 2021.

FERREIRA, Darlene A. de Oliveira. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Revista Terra Livre,** São Paulo, n. 16, p. 39-70, jan./jun., 2001. Disponível em: https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/349/331. Acesso em: 10 mar. 2021.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazinni. A geografia rural e a renda da terra. **Revista Para onde!?**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 21-45, 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/97103/56318. Acesso em: 20 nov. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed., São Paulo, 2002.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Uma leitura da questão agrária em Mato Grosso. **Confins [*on-line*]**, n. 25, 2015. p. 1-15. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/10446. Acesso em: 12 jul. 2019.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. A Luta pela Terra e a Política de Assentamentos no Brasil: Reforma Agrária Conservadora. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 8, p. 73-98, 2008. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/157/157. Acesso em: 13 mar. 2021.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 39-52, jul./ago., 2007. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/territorio%20globaliza%C3%A7ao.pdf. Acesso em: 17 mar. 2021.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 27, out., 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/r5ZkZNpbHDqKckcBxrDSxrS/?lang=pt. Acesso em: 04 nov. 2021.

HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 103-112, set., 2013. Disponível em: http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1177. Acesso em: 20 mar. 2021.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. O desenvolvimento do campo no Brasil. *In:* FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar. (Orgs.) **Geografia agrária**: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007a.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. As políticas públicas e a questão do desenvolvimento do campo no Brasil. *In:* FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar. (orgs.). **Geografia agrária**: **teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007b.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Mato Grosso. **São José dos Quatro Marcos**. Brasília: IBGE, 2020. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/sao-jose-dos-quatro-marcos/panorama. Acesso em: 16 abr. 2021.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Coordenação de Geografia. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2021

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28. Ed., São Paulo: Brasiliense, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Acácio Zuniga; CASTRO, Luís Felipe Perdigão de. SAUER, Sérgio. A questão agrária no momento político brasileiro: liberação e mercantilização no Estado mínimo de Temer. **Revista Okara**, João Pessoa, v.12, n. 2. p. 247-274, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/41316. Acesso em: 01 mar. 2021.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, n. 19, p. 95-112, jul./dez., 2002. Disponível em: https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/160/148. Acesso em: 14 mar. 2021.

MARTINS, Geraldo Inácio; SOUZA, Angela Fagna Gomes de. A relação campo e cidade: novas urbanidades e ruralidades, definições e (re)definições. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 36, p. 37-51, dez., 2010. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16249/9127. Acesso em: 18 mar. 2021.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. A relação campo-cidade e as “novas” ruralidades. **Revista Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 1-15, ago./dez., 2011. Disponível em: https://www.seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/25988/15216. Acesso em: 00 mar. 2021.

MATTEI, Lauro Francisco. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2012, p. 301-325 Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/356/352. Acesso em: 03 set. 2019.

MENEZES, Sócrates Oliveira. Notas sobre a relação campo-cidade: a geografia da divisão territorial do trabalho. **Revista GeoNordeste**, Sergipe, n. 1, p. 85-106, 2009. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/download/5852/4859. Acesso em: 22 mar. 2021.

MENEZES-NETO, Jayme Bezerra. Reflexões sobre os espaços rurais: caminhos para o desenvolvimento rural brasileiro. **Revista Rural & Urbano**, Recife, v. 2, n. 2, p. 2-25, 2017. Disponível em:

https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/article/download/241062/32090. Acesso em: 25 mar. 2021.

MITIDIERO-JÚNIOR, Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. O agro não é tech, o agro não é pop é muito menos tudo. *In:* **BRASIL. Mudança climática, energia e meio ambiente**. Brasília: Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), 2021, p. 01-40 Disponível em: http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 9-18, jul./dez., 2006. http://www.dpi.inpe.br/Miguel/UrbisAmazonia/Monte_Mor_UrbExtensiva_RPDesReg_2006.pdf. Acesso em: 19 mar. 2021.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. 17. Ed., São Paulo: Hucitec, 1999.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987.

NODARI, Rubens Onofre; GUERRA, Miguel Pedro. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Revista Estudos avançados**, v. 29, n. 83, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ea/v29n83/0103-4014-ea-29-83-00183.pdf. Acesso em: 28 mar. 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. 1. Ed., São Paulo: FFLCH, 2007.

PAIVA, Maria Aparecida Gomes de; BARRETO-FILHO, Boanerges de Freitas. Contribuições do Programa Nacional de Crédito Fundiário para as Comunidades Rurais em Portalegre/RN. **Revista Cadernos de Economia**, Chapecó, v. 23, n. 39, p. 26-43, 2019. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rce/article/view/5285/2955. Acesso em: 03 mar. 2021.

ROCHA, Rosaly Justiniano de Souza; CABRAL, José Pedro Cabrera. Aspectos históricos da questão agrária no Brasil. **Revista Produção Acadêmica**, Palmas, v. 2, n. 1, p. 75-86, jun., 2016. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/2963/9286. Acesso em: 27 set. 2020.

RODRIGUES, João Freire. O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios. **Revista Análise Social**, Lisboa, n. 211, v. 49, n. 211, p. 430-456, jul./dez., 2014. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_211_d04.pdf. Acesso em: 04 mar. 2021.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Geografia do Brasil**. 4. Ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (USP), 2003.

RUA, João. A Resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista Anpege,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 46-65, jul./ago., 2005. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6611/3610. Acesso em: 05 mar. 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. Ed., São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado, fundamentos teóricos *e* metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. Ed., Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. Ed., São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAUER, Sérgio. Reforma agrária de mercado no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, abr., 2010, p. 98-125. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/321/317. Acesso em: 02 mar. 2021.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a05.pdf. Acesso em: 06 mar. 2021.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. **Patrimônio Imaterial**: relações socioculturais camponesas em Pedra Lisa. 1. Ed., Uberlândia, 2015.

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. As “novas” estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio. **Revista Pegada**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 103-123, jun., 2008. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1651/1582. Acesso em: 01 mar. 2021.

VIEIRA, Jéssica da Silva. As transformações do mundo real: entre o tradicional e o moderno. **Revista Inter-Legere**, Natal, n. 16, p. 296-306, jan./jun., 2015. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/6888/6345. Acesso em: 10 mar. 2021.

VOLOCHKO, Danilo. Da extensão do campo à centralização do urbano: elementos para o debate da produção do espaço em Mato Grosso. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, Cuiabá, n. 16, n. 1, p. 18-38, jan./jun., 2013. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geografia/article/view/768. Acesso em: 12 mar. 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 87-145, 2013. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178/174. Acesso em: 15 mar. 2021.

APÊNDICES

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

I – IDENTIFICAÇÃO

a) Assentamento:

b) Propriedade:

c) É o dono da propriedade? Se não, qual é o grau de parentesco com o dono?

d) Sexo.

(__) Masculino (__) Feminino

e) Faixa etária

(__) 20 a 30

(__) 31 a 40

(__) 41 a 50

(__) 51 a 60

(__) 61 a 70

(__) acima de 70 anos

f) Escolaridade:

II – ASPECTOS SOCIAIS

a) Quantos são os membros da família?

b) Quantos residem na propriedade? Todos são membros da família?

c) Idade dos que residem na propriedade.

d) Escolaridade dos residentes na propriedade.

e) Os filhos pretendem dar continuidade à atividade agrícola?

f) O(A) Sr.(a) é natural de que localidade?

g) Quais foram os percursos da sua saída da cidade natal até chegar a ter a posse dessa propriedade?

h) Como é feita a coleta de lixo na propriedade?

i) Como é o acesso à água para o consumo doméstico?

III – ASPECTOS ECONÔMICOS

a) Qual é a renda familiar mensal?

(__) menos de um salário mínimo

(__) 1 à 2 salários mínimos

(__) 3 à 4 salários mínimos

(__) 5 à 6 salários mínimos

(__) acima de 7 salários. A renda familiar é oriunda somente da produção? Caso a resposta seja negativa, qual é a outra fonte de renda?

b) Algum membro da família exerce atividade fora da produção agrícola? Qual?

c) Utilizam de algum financiamento do governo? Qual?

d) Utilizam o apoio de assessoria técnica? De qual instituição?

IV – ASPECTOS PRODUTIVOS

a) Área total da propriedade:

b) Área destinada ao cultivo:

c) Produtos cultivados.

d) Como é realizada a produção.

e) Como adquiriu a técnica de produção.

f) Quantas pessoas auxiliam na produção? São familiares?

g) Quais são os equipamentos disponíveis na propriedade?

h) Como é o acesso à água para a produção?

i) Os produtos produzidos na propriedade são comercializados? Onde e como é feita a comercialização?

j) Quais os produtos e serviços oriundos da cidade que são utilizados pela família?

k) Quais são os principais incentivos oferecidos pelo poder público municipal para o desenvolvimento da produção e comercialização das atividades agropecuárias da propriedade?